



INSTITUTO EDUCANDO PARA A PAZ
Signatário do Pacto Global das Nações Unidas
A OMISSÃO DAS EMPRESAS SIGNATÁRIAS NO BRASIL - AGENDA 30
COE 14 de março 2022
Dhc. Dr. He. Me. Dr. José Carlos Pereira PhD.
Doutor em Comunicação, Jornalista, Palestrante, Filósofo, Teólogo



Aconteceu no Instituto Ethos - quando ainda gestor do Pacto Global no Brasil -, um Workshop, onde foi discutido, os problemas do saneamento básico e a defesa do meio ambiente.

No correr da reunião, o palestrante focou o Rio Tietê em São Paulo - Capital. Apartei, e perguntei, se o Palestrante, tinha conhecimento do Projeto Sanegram, e por coincidência, ele foi um dos coordenadores do programa.

Estive, em 1982, como Jornalista em um dos canteiro de obras do SANEGRAM, para cobertura de um evento político promocional - era então Governador do Estado De São Paulo, Paulo Salim Maluf - fiquei impressionado com as maquetes, as apresentações em Slids, entrei no tunel emissário, e pensei que o problema de poluição do Rio Tiete.

Então pedi a Tribuna do Workshop, e disse, que os projetos politicos no Brasil fracassam, devido a corrupção endêmica que ha aqui, desde a posse do Território Brasileiro pelos colonialistas Portugueses, que tomaram posse da Terra de Santa Cruz, corromperam os índios, os escravizaram, e implantaram a escravidão do negro africano, que provocaram sequelas na base da Pirâmide social Tupiniquim.

Chamei a atenção dos Representantes das Empresas Signatárias presentes, por não irem a fundo na aplicação dos 10 princípios do Pacto Global - ainda não havia a agenda 30 e os 17 ODS - na gestão de seus empreendimentos.

Afirmar que não adianta, ações menores no entorno da empresa, era preciso avançar mais não basta discursos, mas buscar a prática de ações socialmente empreendedoras, inclusivas, e que levassem os funcionários delas, a crescerem, dentro e fora da empresa com dignidade.



Não deve continuar - na minha - pequena - opinião - esta situação de isolamento, entre os signatários da agenda 30, dentro da perspectiva “cada um por si, e o resto que se vire, pois a continuar esta situação - apesar de todos desejarmos - o sucesso pleno da agenda 30, não atingiremos os objetivos desejados.

A seguir, vou apresentar as 17 ODS e o contraste oferecido pela realidade da fome e da miséria no Brasil, fator primordial na desagregação da família, do meio social como um todo, que abre as portas para o domínio do crime organizado, que age dentro e fora dos presídios brasileiros.

Quando olhamos, para um Brasil entre as 10 maiores economias do mundo, hoje elevado como membro - por 2 anos - do Conselho de Segurança da ONU, vemos um cenário muito pior que a Ucrânia sob fogo cerrado dos Russos. Vivemos uma guerrilha urbana, que segue a doutrina de Che Guevara e Carlos Mariguela, que a esquerda brasileira vê com bons olhos, que a chamada grande imprensa camufla, não abre pauta para os fatos, ficam apenas com as narrativas mundo cão, do sensacionalismo barato de certos programas policiais que endeusam a desgraça humana, um tipo de jornalismo mundo cão, que só glamurisa e incentiva ainda mais a violência.



INSTITUTO EDUCANDO PARA A PAZ
Signatário do Pacto Global das Nações Unidas
A OMISSÃO DAS EMPRESAS SIGNATÁRIAS NO BRASIL - AGENDA 30
COE 14 de março 2022
Dhc. Dr. He. Me. Dr. José Carlos Pereira PhD.
Doutor em Comunicação, Jornalista, Palestrante, Filósofo, Teólogo



A base da Pirâmide Social Brasileira, trabalha para comprar alguma coisa, e perdem tudo nas enchentes, viram moradores de rua. De norte a sul, leste a oeste, você vai se defrontar com situações de fome, miséria, violência de todos os gêneros, tais como: fome, miséria, analfabetismo, violência generalizada de todos os tipos, discriminação de raça, cor, social e religiosa, tráfico de entorpecentes, uso indevido de substâncias psicoativas, - até por crianças, tráfico humano e trabalho escravo, tráfico de órgãos e muito mais...



Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são um apelo universal da Organização das Nações

Unidas à ação para acabar com a pobreza, proteger o planeta e assegurar que todas as pessoas tenham paz e prosperidade. Mas no Brasil, segue a sina do fracasso, como tantos outros projetos, que tem apenas o começo, mas nunca o meio e o fim. fica apenas a pompa, aparato e aparência, do lançamento, para burilar o ego daqueles que, se comprometem para mudar o STATU QUO estabelecido, pela vaidade de muitos, que têm, de fato e direito, condições para ajudar, e que, depois da aparição na mídia, desaparecem, vão para seus escritórios, não se lembram mais do compromisso assumido.



Quando se propõe formação de comissões, cursos, reuniões que nunca se traduzem em resultados fora da sala usada, é porque não desejam, e nem vão fazer o que quer seja a favor dos pobres e miseráveis que vegetam no dia a dia do brasileiro. Se apresentam como Signatários, mas só para ostentação de tal, nas Redes Sociais. Não conhecem de fato, os 17 ODS e os objetivos da Agenda 30 para o milênio. E tanto é fato, que o Brasil, a cada dia promove a fome e a miséria. As grandes empresas, lucram trilhões e o pobre e o

miserável, dia a dia vão caindo mais em meio às suas agruras. A bem da verdade, o que temos no Brasil, é uma verdadeira indústria da fome e da miséria, dentro da relação quanto pior, melhor.

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nasceram na Conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável no **Rio de Janeiro em 2012**. O objetivo foi produzir um conjunto de objetivos que suprisse os desafios ambientais, políticos e econômicos mais urgentes que nosso mundo enfrenta.



INSTITUTO EDUCANDO PARA A PAZ
Signatário do Pacto Global das Nações Unidas
A OMISSÃO DAS EMPRESAS SIGNATÁRIAS NO BRASIL - AGENDA 30
COE 14 de março 2022
Dhc. Dr. He. Me. Dr. José Carlos Pereira PhD.
Doutor em Comunicação, Jornalista, Palestrante, Filósofo, Teólogo



Os SDGs substituem os objetivos de desenvolvimento do Milênio (ODM), que começou um esforço global em 2000 - Rio +20 - para combater a indignidade da pobreza. Os ODM estabeleceram objetivos mensuráveis, universalmente acordados para combater a pobreza extrema e a fome, prevenindo doenças mortais e expandir a educação primária para todas as crianças, entre outras prioridades de desenvolvimento.

Esses 17 objetivos, construídos sobre os sucessos de desenvolvimento do Milênio, também incluem novas áreas tais como a mudança climática, desigualdade econômica, inovação, consumo sustentável, paz e justiça, entre outras prioridades.



Os objetivos são interligados – muitas vezes a chave para o sucesso de um envolverá a abordar questões mais comumente associadas ao outro.

Fazemos a nossa parte e vamos continuar a fazer. A Agenda 30 é a menina de nossos olhos. Não conseguimos um centavo de apoio para o nosso Projeto de Educação para a Paz no Brasil. Fomos para o exterior e firmamos convênio com o Reino de Kutai Mulawarman, um sultanato no arquipélago Indonésio, e por meio deste convênio - foi

construído o Orfanato Internacional Educapaz, para atendimento de Órfãos, vítimas da violência Urbana, Guerra Civil e Militar, com capacidade para 1.000 assistidos - já em funcionamento - no qual já há, muitos internados.

Por meio deste Convênio, foi criado o IEPI - Instituto Educando para a Paz Internacional, tendo como Presidente o Maharaja de Kutai Mulawarman, atuando na Ásia e no mundo Árabe promovendo por meio da Educação Para a Paz a integração social, prestando assistência aos mais necessitados socialmente.

No Brasil, conseguimos apenas realizar palestras, haja vista, a falta de interesse - político e privado - inclusive das empresas signatárias, não conseguimos implementar nem formatar o Projeto Educando para a Paz, na minha pátria que tanto amo. Mas ainda há tempo, faltam 8 anos até 2030, ou seja, ser preciso mais 20 anos, até 2050. Vai tarde demais. É preciso hoje, uma corrente de ações objetivas no campo, de todos os signatários do Pacto/Agenda 30 no Brasil, fora de ações pontuais. Caminhamos para



INSTITUTO EDUCANDO PARA A PAZ
Signatário do Pacto Global das Nações Unidas
A OMISSÃO DAS EMPRESAS SIGNATÁRIAS NO BRASIL - AGENDA 30
COE 14 de março 2022
Dhc. Dr. He. Me. Dr. José Carlos Pereira PhD.
Doutor em Comunicação, Jornalista, Palestrante, Filósofo, Teólogo



um fim não muito satisfatório da base da Pirâmide Social. O exôdo rural, o favelamento urbano ,nos mostra um futuro nada bom. Este cancer da fome e miséria noBrasil, está próximo da metastase. Aí sera o fim. Cada um contribuindo com um pouco, ao menos livraremos nossas crianças da adoção pelo crime organizado. Sim, afome e a miséria nos guetos de favelados e moradores de rua no Brasil, éo caminho mais curto para que o crime orgnizado, tome posse, subjogue, aterrorizem ainda mais os que vivem em sub-habitações, pela fome e a miseria.

by JC PEREIRA CEO, FUNDER E PRESIDENTE - IEP - INSTITUTO EDUCANDO PARA A PAZ.



INSTITUTO EDUCANDO PARA A PAZ
Signatário do Pacto Global das Nações Unidas
A OMISSÃO DAS EMPRESAS SIGNATÁRIAS NO BRASIL - AGENDA 30
COE 14 de março 2022
Dhc. Dr. He. Me. Dr. José Carlos Pereira PhD.
Doutor em Comunicação, Jornalista, Palestrante, Filósofo, Teólogo



1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares



Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares:

Chamo a atenção, do Gestor e das Empresas Signatárias do Pacto Global, das Nações Unidas, que há prevaricação e desídia no promover de ações, aqui no Brasil, para que se cumpra o objetivo de acabar com a pobreza, em todas as suas formas, e em todo o território brasileiro, **ESTÁ LONGE DE SER CONCRETISADO.**



Até este momento, no redigir deste texto, a fome e a miséria vem matando nossas crianças, as que conseguem se salvar da inanição, estão subnutridas, com pouca perspectiva de uma vida digna e saudável.

Não vou generalisar. Há muitas empresas signatárias, agindo de forma eficaz, as Organizações da Sociedade Civil, mas isto é isolado, não há participação efetiva, da maioria das signatárias, o que permite apenas, a formação de um Oásis - este - formado pelo

voluntarismo de alguns, que resolveram, largar o paletó e gravata em casa, na busca de atingir e executar os objetivos da agenda 30.

Signatários, que vivem engratados nos gabinetes, não conhecem a realidade da pobreza, da fome e miséria no Brasil.



Não comparecem nas interações realizadas nos auditórios do Comitê Gestor - uns gatos pingados em cada uma - pensam que recolhendo as taxas ao Comitê Gestor é o suficiente, e a Agenda 30, para estes, é uma ferramenta para ostentação na Rede Mundial de Computadores - Redes Sociais - mostrando-se signatários, mas nada fazem.

Nem as migalhas que caem de suas mesas as dão aos pobres e miseráveis brasileiros da base da pirâmide social brasileira. 57 anos de militância na defesa dos direitos de cidadania e humanos, vivendo em São Paulo e municípios satélites da Região metropolitana, VEMOS todos os dias, a fome, a miséria em todos os quadrantes.

Viajei o Brasil de norte a Sul, de Leste a Oeste. Passei por povoados, onde não tem o que comprar para se alimentar, mesmo tendo dinheiro no bolso.

Neste exato momento, em que estás a ler este texto, na região metropololina 37 municípios - da Capital Paulista- há milhares de crianças, que não colocaram um pedaço de pão seco - muitas vezes embolorado - na boca.



INSTITUTO EDUCANDO PARA A PAZ
Signatário do Pacto Global das Nações Unidas
A OMISSÃO DAS EMPRESAS SIGNATÁRIAS NO BRASIL - AGENDA 30
COE 14 de março 2022
Dhc. Dr. He. Me. Dr. José Carlos Pereira PhD.
Doutor em Comunicação, Jornalista, Palestrante, Filósofo, Teólogo



Há milhares de crianças, rebuscando nos lixões resto de comida infectada, jogados ao ar livre, por empresas do ramo alimentício, com data de vencimento sem mais validade.

Este é um fato real. Assim sendo, pergunto: “o que o futuro nos reserva, aqui no Brasil, com esta fome e miséria, que assola a nação brasileira?”

A hora já chegou do Pacto Global das Nações Unidas, para todos nós, signatários que somos, comprometidos com a Agenda 30, partirmos, de fato e direito, para a luta contra a fome e a miséria em território brasileiro.



Por meio dos 17 ODS, temos as ferramentas eficazes, para serem usadas até 2030, e com elas, promovermos profundamente a base da Pirâmide Social Brasileira.

Já temos, no seio da sociedade civil, realidades já concretizadas, tais como, o tribalismo, os protestos contrários a globalização. Neste ponto, de fato, o que temos globalizado é a fome e a miséria.

Precisamos agir a partir de agora - perdemos 22 anos desde o lançamento do Pacto Global no ano 2000, Por Kofi Annan - estabelecer uma ligação para um futuro melhor.



Como Signatários, comprometidos com a Agenda 30, realizar um elo de ligação para este futuro melhor tão almejado por todos. Temos que mostrar a todos que, não estamos ligados, a velhas previsões de pseudos “especialistas”, e, com a Agenda 30, temos as prerrogativas indelévels, para irmos além de previsões fortuitas, pois possuímos ferramentas necessárias, para moldar o futuro tão desejado por todos nós,

e, com isso, seremos referência em todo o mundo pelo fato de, aplicamos os ODS 17, na gestão de nossas empresas e organizações da sociedade civil, e conseguimos, chegar aos objetivos projetados. Acabo de receber mais um E-mail do comitê gestor, convidando para mais um curso pagou curso. Não é hora de Cursos. É hora de ir a campo, vestir de fato, a camisa da Agenda 30, calçar as chuteiras da solidariedade, fraternidade, unidade na execução dos preceitos da Agenda 30. Se os Signatários, desde o ano 2000, houvessem se unidos, a situação

hoje seria muito diferente. A maior parte dos 17 ODS já estariam realizados.

A força está na união, e não cada um indo para um lado, produzindo pouco em suas ações, e com má qualidade. Do jeito que as coisas seguem, com tantos cursos que morrem nas dependências onde foi ministrado, não atingiremos os objetivos ODS 17, e no relatório final, em 2030, passaremos vergonha diante de todos, pois fomos maus GESTORES, e enterramos os 17 talentos que recebemos pela Agenda 30.





INSTITUTO EDUCANDO PARA A PAZ
Signatário do Pacto Global das Nações Unidas
A OMISSÃO DAS EMPRESAS SIGNATÁRIAS NO BRASIL - AGENDA 30
COE 14 de março 2022
Dhc. Dr. He. Me. Dr. José Carlos Pereira PhD.
Doutor em Comunicação, Jornalista, Palestrante, Filósofo, Teólogo



2 FOME ZERO E
AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e
melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável



Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

É preciso acabar no Brasil, com a constante narrativa sobre fome zero. A fome e a miséria é endêmica no

Brasil. Não tem políticas públicas que de fato eliminem com a fome e a miséria no Brasil.

Pelo que tenho visto, pouca ação há das empresas signatárias têm de fato agido no sentido de colaborar para que de fato, fora de narrativas fortuitas acabemos com a fome e miséria no Brasil. A fome e miséria no Brasil é sustentada pela indústria - principalmente no Nordeste brasileiro pela indústria da seca.

Não há segurança alimentar no Brasil. O milionário Agro Negócio Brasileiro, está somente preocupado com a Exportação de comódites. Não destina 1centavo sequer para o combate da fome e a miséria no Brasil.

A hora é agora. Chegou a hora, de as Empresas Signatárias do Pacto Global no Brasil, mostrar a sua força empreendedorasolidariedade mostrar, porque adotou a Agenda 30, como modelo para a sua gestão Empresarial.

A fome e a miséria é latente no Brasil,e todos os dias morrem crianças de inanição.

Pobreza atinge cerca de 40% das crianças brasileiras com menos de 9 anos

FONTE: <https://feac.org.br/pobreza-atinge-cerca-de-40-das-criancas-brasileiras-com-menos-de-9-anos/#:~:text=Segundo%20dados%20publicados%20em%202021,mensal%20menor%20que%20R%24%20436>.

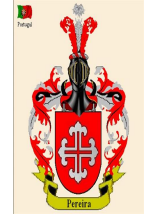
Esta matéria nos ilustra bem a fome e a miséria nas quais vive as crianças brasileiras. Esta é uma ação local, a nível nacional, praticamente, inexisteprojetado deste porte. (Grifo meu)

Segundo dados publicados em 2021 pelo [Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social](#), com base em dados de 2019, cerca de 40% das crianças brasileiras com menos de nove anos vivem na pobreza, o que significa que mais de 25 milhões de pessoas nessa faixa etária moram em lares com renda média mensal menor que R\$ 436,00.





INSTITUTO EDUCANDO PARA A PAZ
Signatário do Pacto Global das Nações Unidas
A OMISSÃO DAS EMPRESAS SIGNATÁRIAS NO BRASIL - AGENDA 30
COE 14 de março 2022
Dhc. Dr. He. Me. Dr. José Carlos Pereira PhD.
Doutor em Comunicação, Jornalista, Palestrante, Filósofo, Teólogo



Mais de 30 anos depois da Constituição Federal (1988) e do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), que pela primeira vez reconheceram que crianças e adolescentes são sujeitos de direito, os dados acima parecem indicar que o Brasil falhou em sua missão de combater a pobreza infantil.

Victor Graça, gerente executivo da [Fundação Abrinq](#), que promove os direitos da criança e do adolescente, pondera que houve avanços nas últimas décadas, mas que não foram suficientes.



“Aconteceu uma queda notável na mortalidade infantil, e a educação básica foi praticamente universalizada. Mas as melhoras não foram distribuídas igualmente pela sociedade. Quem está abaixo da linha da pobreza se beneficiou menos”, diz Victor.

Jair Rezende, superintendente socio educativo da Fundação FEAC, ressalta, por sua vez, que “a pobreza expõe as crianças a muitas situações de vulnerabilidade e causa impactos negativos em seu desenvolvimento pelo resto da vida”.

Ele acrescenta a importância do investimento nas crianças para o desenvolvimento do Brasil. “A ciência já demonstrou que é muito mais barato investir no desenvolvimento pleno das crianças do que tentar amenizar no futuro os problemas adquiridos nessa fase. É uma questão humanitária combater a pobreza. Mas também é uma questão de economia nacional.”

Multidimensionalidade

As tais vulnerabilidades citadas por Jair estão ligadas ao fato de que a pobreza não é um fenômeno apenas financeiro, mas está relacionada a uma série de privações que afetam as pessoas de diversas maneiras. A pobreza é, portanto, multidimensional.

“A criança tem várias necessidades, além de renda, que permitam condições básicas de vida e dignidade.



São necessárias políticas públicas que garantam seus direitos à educação, à alimentação, à saúde, ao acesso a saneamento básico”, explica Liliana Chopitea, chefe de políticas sociais, monitoramento e avaliação do [Fundo das Nações Unidas para a Infância \(Unicef\)](#) no Brasil.

Em 2018, o Unicef publicou o primeiro – e até agora único – estudo já feito sobre a pobreza infantil multidimensional no Brasil. A pesquisa [“Bem-estar e privações múltiplas”](#) complementa dados sobre privações monetárias com informações sobre outras seis dimensões, como saneamento e domicílio adequado, e conclui que, naquele momento, cerca de 50% das crianças e adolescentes brasileiros, a maioria negros, também sofriam ao menos uma das privações não monetárias.



INSTITUTO EDUCANDO PARA A PAZ
Signatário do Pacto Global das Nações Unidas
A OMISSÃO DAS EMPRESAS SIGNATÁRIAS NO BRASIL - AGENDA 30
COE 14 de março 2022
Dhc. Dr. He. Me. Dr. José Carlos Pereira PhD.
Doutor em Comunicação, Jornalista, Palestrante, Filósofo, Teólogo



Liliana lembra que o país já chegou a fazer políticas públicas, como o Bolsa Família, que associavam a dimensão financeira da pobreza a outros fatores. “É um benefício mundialmente reconhecido, que, além de transferir renda, também lida com temas de educação e saúde. Ainda assim, faltavam outras dimensões.”



A especialista destaca ainda a importância do [Marco Legal da Primeira Infância](#), de 2016, que “traz uma agenda multidimensional e uma base jurídica para que o tema entre no orçamento federal”, e o Plano Plurianual 2020-2023, que prioriza a primeira infância com uma agenda multisetorial, como uma base jurídica para que o tema entre no orçamento federal.

A multidimensionalidade demanda uma capacidade de coordenação entre várias áreas da administração pública que muitas vezes é difícil de acontecer. “Existe uma tendência a haver uma compartimentalização, os órgãos públicos não se conversam para criar políticas intersetoriais”, constata Jair.



Ele conta uma história exemplar, que aconteceu em uma cidade de Minas Gerais, que demonstra essa compartimentalização. “Conheci uma família que quase perdeu o Bolsa Família porque o filho não estava indo na escola. Mas essa criança estava, na verdade, fazendo um tratamento de câncer em outra cidade pago pela própria prefeitura que também cuida do benefício.”

Em 2020, a Fundação FEAC passou por uma revisão estratégica para trazer esse olhar multidimensional na sua atuação. “Nossos programas trabalham com diversos fatores importantes para as crianças, como o fortalecimento de vínculos, a educação integral e o desenvolvimento das comunidades”, detalha o superintendente socioeducativo.

Agravamentos

O estudo citado no início da reportagem usa dados anteriores à pandemia. Ainda que não haja novas informações sobre o tema, uma outra pesquisa do Unicef ajuda a dar uma dimensão do que pode estar acontecendo depois de quase dois anos de Covid-19.

A terceira rodada do estudo [“Impactos primários e secundários da COVID-19 em crianças e adolescentes”](#), lançado em junho de 2021, aponta que em 64% dos lares em que residem crianças ou adolescentes houve perda de renda em relação ao pré-pandemia.



INSTITUTO EDUCANDO PARA A PAZ
Signatário do Pacto Global das Nações Unidas
A OMISSÃO DAS EMPRESAS SIGNATÁRIAS NO BRASIL - AGENDA 30
COE 14 de março 2022
Dhc. Dr. He. Me. Dr. José Carlos Pereira PhD.
Doutor em Comunicação, Jornalista, Palestrante, Filósofo, Teólogo



As populações mais vulneráveis também foram as mais afetadas pela queda de rendimentos, pois 80% dos respondentes que ganhavam até um salário mínimo disseram ter perdido total ou parcialmente sua renda.

Victor, da Fundação Abrinq, resalta também o impacto do fechamento das escolas durante a pandemia. “Cerca de 9 milhões de crianças dependem da merenda escolar para se alimentar. Além disso, a escola também é espaço importante para denúncias de violências de todos os tipos.”

Diante dos efeitos da pandemia e do agravamento de uma situação que já era ruim, Liliana defende uma coalizão entre poder público e sociedade civil para tentar avançar políticas públicas para a infância no orçamento federal de 2022, que está em discussão.

Jair, no entanto, é pessimista em relação a isso: “Eu vejo em Campinas uma disposição da sociedade civil e do poder público de se unir em torno do tema da infância. Mas não consigo enxergar essa articulação no plano nacional.”

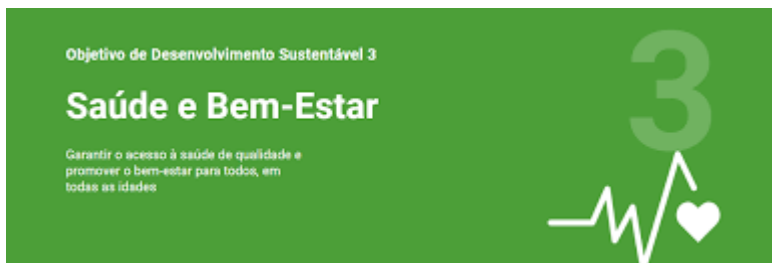


De fato, a prefeitura de Campinas criou, em 2018, um plano decenal de ação em torno da primeira infância. O [Primeira Infância Campineira](#) reúne órgãos públicos e sociedade civil para a discussão e implementação de políticas públicas. Já Recife [criou uma secretaria-executiva](#) para a Primeira Infância também para fortalecer a articulação intersetorial ao redor do tema.

Jair reforça a importância de se apostar mais nesse tipo de estratégia. “Em vez de compartimentalizar as discussões em cada secretaria, unificar tudo em um órgão apenas para lidar com a multidimensionalidade da questão infantil poderia dar resultados melhores”, avalia.



INSTITUTO EDUCANDO PARA A PAZ
Signatário do Pacto Global das Nações Unidas
A OMISSÃO DAS EMPRESAS SIGNATÁRIAS NO BRASIL - AGENDA 30
COE 14 de março 2022
Dhc. Dr. He. Me. Dr. José Carlos Pereira PhD.
Doutor em Comunicação, Jornalista, Palestrante, Filósofo, Teólogo



Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

Falar em vida saudável no Brasil, é uma piada de muito mal gosto no Brasil.

Quando, em campo, em minhas ações como jornalista, visito as favelas nos morros Brasil afora, desce lágrimas por minha face, ao notar a sub vida dos habitantes favelados, subjugados pelo crime organizado, vivendo em em meio ao esgoto a céu aberto, rodeados de cobras, ratos e lagartos de 4 e 2 pernas.



Onde há bem estar na vida destas pessoas, discriminadas, aviltadas, exploradas, escravizadas à uma vida de miséria plena.

Criança, adolescente, jovem e adultos, idosos vivendo na mais abjeta situação.

É hora dos Signatários do Pacto Global no Brasil, se unirem dentro do propósito - de fato e por direito - se unirem, deixar de praticarem ações pontuais, indo para uma atitude global, para colocar fim. a má qualidade de vida de milhão de brasileiros.

Em minhas andanças, pelos locais onde a miséria impera, e até hoje, não vi uma placa, uma anotação, que uma empresa Signatária do Pacto Global, cuidava daquela comunidade.



Reuniões de gabinete, cursos nada resolvem. No momento em que estão reunidos, com chá, cafézinho bolachas e guloseimas, a má qualidade de vida se avanta, principalmente na periferia das grandes cidades, onde os lixões a céu aberto, é a lavoura para as crianças colherem os seu alimento dia a dia. Como falar de qualidade de vida, onde temos em São Paulo, a famigerada cracolândia e 36 mil pessoas vivendo na rua?

O jornalismo mundo não narra isto todos os dias Mas poucos, muitos poucos, se dispõem à uma ação objetiva, para o combate a este Staus Quo estabelecido de falta de qualidade de vida nas periferias das grandes cidades.

Muitos, pela má qualidade de vida a que são sujeitos, pagam com a vida, a desidia daqueles que podem fazer alguma coisa.



INSTITUTO EDUCANDO PARA A PAZ
Signatário do Pacto Global das Nações Unidas
A OMISSÃO DAS EMPRESAS SIGNATÁRIAS NO BRASIL - AGENDA 30
COE 14 de março 2022
Dhc. Dr. He. Me. Dr. José Carlos Pereira PhD.
Doutor em Comunicação, Jornalista, Palestrante, Filósofo, Teólogo



Prova disto, são as enchentes recentes, onde, por más condições de moradia, sub habitações perderam a vida.



Petrópolis e outras cidade brasleiras, enterraram e continuam a enterrar os seus mortos. Onde a qualidade de vida? Todos os anos, no período chuvoso a mesma coisa. Milhares de pessoas morrendo em todo o Brasil sob uma violencia e ma qualidade de vida de vid no Brasil.

Os pais estão enterrando os filhos, contrário à premissa de os filhos enterrarem seus pais.

Esta má qualidade de vidas, vai levar o Brasil a se tornar uma nação de velhos. Nossos jovens estão morrendo muito cedo. Há uma quantidade enorme - principalmente de afro descendentes - que não passam dos 23 anos de idade..



Nós, como Signatários do Pacto Global -Agenda 30 - temos um jeito para mudar tudo isto.

Reuniões, Workshoops, Cursos e livros não chegam à base da Pirâmide Social. Só satizfaz egos.

É preciso ir à campo. A tendencia hoje - com o conflito Rússia/Ucrânia - é de piorar muito mais a qualidade de vida no Brasil e quem paga a conta são os pobres e miseráveis.

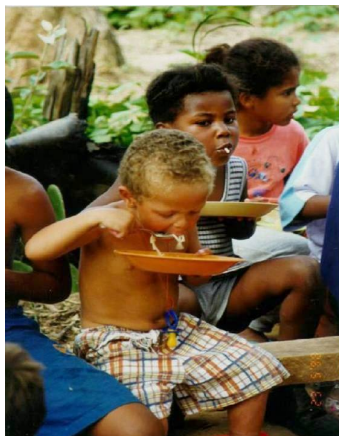
Temos um jeito: agir de fato, contra a má qualidade de vida. Temos as ferramentas. Temos que sair de nossos escritórios, e agir, empreender a favor da melhoria da

qualidade de vida na base da Pirâmide Social do Brasil.

Sabemos que as condições do meio ambiente e do sistema de saúde têm grande impacto sobre nossa qualidade de vida. Além de uma boa estrutura de saúde pública, precisamos que o ar que respiramos, a água que bebemos e os alimentos que consumimos tenham boa qualidade. Para refletir sobre a relação entre “Meio ambiente, saúde e qualidade de vida”, o coordenador do curso de [Gestão Ambiental](#),



INSTITUTO EDUCANDO PARA A PAZ
Signatário do Pacto Global das Nações Unidas
A OMISSÃO DAS EMPRESAS SIGNATÁRIAS NO BRASIL - AGENDA 30
COE 14 de março 2022
Dhc. Dr. He. Me. Dr. José Carlos Pereira PhD.
Doutor em Comunicação, Jornalista, Palestrante, Filósofo, Teólogo



A Fome no Brasil

Somos cerca de 170 milhões de brasileiros, sendo quase 50 milhões (30%) de indigentes, vivendo abaixo da linha de pobreza e miséria.

(FGV)

Não podemos ser meros espectadores da dramática situação em que vivemos.



Rodrigo Silva, e a coordenadora dos cursos de **Gestão Hospitalar** e **Gestão em Saúde Pública** da **Uninter**, Ivana Maria Saes Busato, promoveram uma palestra online. Ivana começou a palestra abordando o significado do termo “qualidade de vida”, e como ela depende do cuidado com a saúde do indivíduo. Mesmo que a pessoa conviva com doenças crônicas, como hipertensão, diabetes ou problemas pulmonares, ela ainda pode buscar uma vida saudável e feliz. “Para ter qualidade de vida, dependemos de muitos fatores, e isso engloba as políticas públicas de meio ambiente e saúde no país”, explica.

A Constituição de 1988 prevê que zelar pelo meio ambiente é uma responsabilidade de todos os cidadãos. Já a saúde pública está na lei como um direito de todos e um dever do Estado. Ivana convidou as pessoas a olharem para saúde pública com outros olhos, especialmente nesse momento em que enfrentamos a pandemia do coronavírus, que coloca o sistema público de saúde sob estresse. Ivana ressaltou que cada cidadão tem a sua parcela de responsabilidade para manter a saúde pública em equilíbrio. “A pandemia do coronavírus está mostrando que se cada pessoa não respeitar o uso da máscara e mantiver o isolamento social, o sistema público de saúde não vai dar conta da demanda de pacientes infectados pela Covid-19”, explica Ivana. O Estado é o principal agente responsável pela saúde pública, mas os cidadãos não podem esquecer suas responsabilidades diante de suas próprias ações.



INSTITUTO EDUCANDO PARA A PAZ
Signatário do Pacto Global das Nações Unidas
A OMISSÃO DAS EMPRESAS SIGNATÁRIAS NO BRASIL - AGENDA 30
COE 14 de março 2022
Dhc. Dr. He. Me. Dr. José Carlos Pereira PhD.
Doutor em Comunicação, Jornalista, Palestrante, Filósofo, Teólogo



Ivana acredita que a pandemia evidenciou a péssima qualidade de vida da população brasileira. E que essa falta de qualidade de vida adequada é resultado da irresponsabilidade do Estado e da própria sociedade nos momentos em que deveríamos construir políticas públicas de saúde que fossem consistentes.

“Para alcançarmos de maneira geral uma boa qualidade de vida no Brasil, teremos que debater melhor a responsabilidade compartilhada na sociedade, em relação à saúde pública e ao meio ambiente”, afirma Ivana.

Na conclusão da palestra, Ivana ressaltou que devemos pensar em quais condições de vida queremos em um mundo pós-pandemia. Não é suficiente apenas exigir que o Estado ofereça uma boa estrutura de saúde pública. Cada um deve assumir o seu papel de cidadão e trabalhar na prevenção, para que não haja mais contaminações pelo covid-19 e nem por outros vírus que podem surgir no futuro.

A palestra aconteceu em uma live no Facebook, que pode ser assistida a qualquer momento na página [CST Gestão Ambiental Uninte](#)

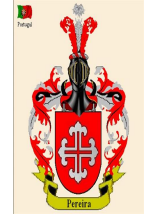
Autor: Vitor Diniz - Estagiário de Jornalismo

Edição: Mauri König

Revisão Textual: Jeferson Ferro



INSTITUTO EDUCANDO PARA A PAZ
Signatário do Pacto Global das Nações Unidas
A OMISSÃO DAS EMPRESAS SIGNATÁRIAS NO BRASIL - AGENDA 30
COE 14 de março 2022
Dhc. Dr. He. Me. Dr. José Carlos Pereira PhD.
Doutor em Comunicação, Jornalista, Palestrante, Filósofo, Teólogo



Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

da vida para todos



Com o advento do CoronaVirus, a Educação - Dever do Estado, direito do cidadão - que vinha capengando, nos levou, a perda de uma geração com a pandemia. Leiam o artigo abaixo, referente a falencia do ensino médio no Brasil:

Como assegurar educação inclusiva, se nem a acadêmica empreende neste sentido?

Em uma nação, onde, ao término do ensino fundamental, o educando não saber ler e escrever corretamente, não consegue resolver problemas matemáticos básicos e de outras matérias, não conseguem responder de pronto, a soma de três moedas de 25 centavos?

Na pandemia, passaram para a Educação Híbrida, o que piorou a situação de calamidade pública no setor da Educação no Brasil.

Não temos mais educadores, que faziam da Educação um projeto de vida. Eram verdadeiros sacerdotes, heróis a serviço da paz por meio da Educação.

Os educadores de hoje se politizaram, fizeram da educação um meio para a política ideológica.

Necessário se faz, começar um trabalho dentro dos propósitos da Agenda 30. As empresas, precisam, fomentar em sua base, núcleos de alfabetização de seus colaboradores, que não sabem ler e escrever fora do expediente normal.



Realizar eventos mensais, convidando os familiares de seus colaboradores, visando a inclusão e integração social.

Temos o jeito de mudar isto, executando, de fato e direito a Agenda 30.

O ensino no Brasil está falido há muito tempo ²⁸ [NOVEMBRO](#)



INSTITUTO EDUCANDO PARA A PAZ
Signatário do Pacto Global das Nações Unidas
A OMISSÃO DAS EMPRESAS SIGNATÁRIAS NO BRASIL - AGENDA 30
COE 14 de março 2022
Dhc. Dr. He. Me. Dr. José Carlos Pereira PhD.
Doutor em Comunicação, Jornalista, Palestrante, Filósofo, Teólogo



2012 ~ REINALDO F CRISTO

Ser professor no Brasil é considerado uma das piores profissões.

Tenho acompanhado atentamente as estatísticas nacionais e internacionais e os resultados não são nada animadores, diante desses dados podemos concluir que o sistema educacional Brasileiro já faliu há muito tempo. As sequelas dessa falência podem ser vistas no dia a dia das grandes cidades com o aumento da violência e com o desemprego que aos poucos vai se instalando lentamente.

A competitividade do país é outro tópico que nos coloca muito atrás de nossos próprios vizinhos da América do Sul. O único diferencial que podemos contar para continuar sendo a Sexta economia do planeta é a enorme riqueza de nossos recursos naturais, pois se fôssemos contar com o nível educacional do Brasileiro, estaríamos perdidos. Leiam as pesquisas abaixo e chorem à vontade, pois a solução para os problemas educacionais está longe de ser uma realidade.

Brasil fica em penúltimo lugar no quesito educação segundo dados da Economist

O Brasil voltou a fazer feio em avaliações internacionais de educação. Em relatório encomendado pela Pearson Internacional, a Economist Intelligence Unit, braço de pesquisas do grupo Economist, o país ficou em 39º lugar de um total de 40 nações avaliadas. Sem surpresas, Finlândia e Coreia do Sul conquistaram os primeiros lugares. (veja lista abaixo).

O Brasil só ficou à frente de Indonésia, mas atrás de México e Argentina.

O relatório encomendado pela Pearson faz parte do projeto “A curva do aprendizado” e considera os resultados de três testes comparativos: o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa, o mais famosos deles), o Progresso no Estudo Internacional de Alfabetização (PIRLS) e ainda o Tendências no Estudo Internacional de Matemática e Ciência (TIMSS).

A pesquisa chega a algumas conclusões a respeito dos bem sucedidos sistemas educacionais finlandês e sul-coreano.

Embora extremamente diferentes – Coreia do Sul tem currículo rígido com alta carga horária, enquanto Finlândia é conhecida pela liberdade dada ao aluno – há pontos em comum.

“Um elemento é a importância dada ao ensinar e os esforços colocados no treinamento e recrutamento de professores”, diz o relatório. Além disso, o estudo assinala que o alto desempenho está ligado a uma alta cultura educacional, em que a educação chega a ter valor moral.

Posição	País	Nota (distância da média do grupo)
1	Finlândia	1,26



INSTITUTO EDUCANDO PARA A PAZ
Signatário do Pacto Global das Nações Unidas
A OMISSÃO DAS EMPRESAS SIGNATÁRIAS NO BRASIL - AGENDA 30
COE 14 de março 2022
Dhc. Dr. He. Me. Dr. José Carlos Pereira PhD.
Doutor em Comunicação, Jornalista, Palestrante, Filósofo, Teólogo



2	Coreia do Sul	1,23
	Hong Kong	0,9
4	Japão	0,89
5	Cingapura	0,84
6	Grã-Bretanha	0,6
7	Holanda	0,59
8	Nova Zelândia	0,56
9	Suíça	0,55
10	Canadá	0,54
11	Irlanda	0,53
12	Dinamarca	0,5
13	Austrália	0,46
14	Polônia	0,43
15	Alemanha	0,41
16	Bélgica	0,35
17	Estados Unidos	0,35
18	Hungria	0,33
19	Eslováquia	0,32
20	Rússia	0,26
21	Suécia	0,24



INSTITUTO EDUCANDO PARA A PAZ
Signatário do Pacto Global das Nações Unidas
A OMISSÃO DAS EMPRESAS SIGNATÁRIAS NO BRASIL - AGENDA 30
COE 14 de março 2022
Dhc. Dr. He. Me. Dr. José Carlos Pereira PhD.
Doutor em Comunicação, Jornalista, Palestrante, Filósofo, Teólogo



22	República Tcheca	0,2
23	Áustria	0,15
24	Itália	0,14
25	França	0,13
26	Noruega	0,11
27	Portugal	0,01
28	Espanha	-0,08
29	Israel	-0,15
30	Bulgária	-0,23
31	Grécia	-0,31
32	Romênia	-0,6
33	Chile	-0,66
34	Turquia	-1,24
35	Argentina	-1,41
36	Colômbia	-1,46
37	Tailândia	-1,46
38	México	-1,6
39	Brasil	-1,65
40	Indonésia	-2,03



INSTITUTO EDUCANDO PARA A PAZ
Signatário do Pacto Global das Nações Unidas
A OMISSÃO DAS EMPRESAS SIGNATÁRIAS NO BRASIL - AGENDA 30
COE 14 de março 2022
Dhc. Dr. He. Me. Dr. José Carlos Pereira PhD.
Doutor em Comunicação, Jornalista, Palestrante, Filósofo, Teólogo



Fonte: [Exame Abril](#)

Gargalo na sala de aula – Pesquisa Fapesp

FABRÍCIO MARQUES | Edição 200 – Outubro de 2012

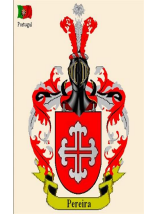
A precariedade do ensino de ciências desponta como uma incômoda pedra no meio do caminho do Brasil, num momento em que o país ambiciona internacionalizar sua pesquisa científica e é desafiado a formar recursos humanos qualificados em grande quantidade para acelerar seu crescimento. O obstáculo é tangível na série histórica de resultados do Pisa, sigla em inglês para Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, exame que testa, a cada três anos, o nível de competência de adolescentes de 15 anos em leitura, matemática e ciências e é aplicado em mais de 60 países. O Brasil participou da prova de 2009 com uma amostra de 20.127 estudantes e obteve uma média de 405 pontos em ciências. O desempenho superou os 390 pontos obtidos no exame de 2006, mas está muito distante do de países desenvolvidos ou mesmo dos emergentes com os quais compete diretamente.

A China, por exemplo, alcançou 575 com um time de estudantes da cidade de Xangai (ver gráfico ao lado). No pelotão do Brasil aparecem países como a Colômbia (402 pontos), a Tunísia (401) e o Cazaquistão (400). “Os alunos brasileiros tiveram um desempenho ruim tanto na parte da prova que avalia conceitos teóricos quanto naquela que exige a solução de problemas concretos”, observa a socióloga Maria Helena Guimarães de Castro, que entre 1995 e 2002 foi presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) do Ministério da Educação e coordenou a entrada do Brasil no Pisa em 2000.

O Pisa divide os alunos em seis categorias: do nível 1, no qual os jovens só conseguem apresentar explicações científicas que sejam óbvias, até o nível 6, no qual já conseguem demonstrar capacidade consistente de raciocinar de uma forma cientificamente avançada. A situação do Brasil nessa escala é desalentadora. A maioria (83%) da amostra brasileira situou-se até o nível 2. Significa que só possuem conhecimentos para dar explicações em contextos familiares e tirar conclusões baseadas em pesquisas simples. Os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne as economias mais avançadas do planeta e criou o Pisa, obtiveram desempenho bastante superior: mais da metade dos alunos situava-se entre os níveis 3 e 4, sinal de que são capazes de refletir e tomar decisões usando evidências científicas além de interpretar e usar conhecimentos científicos de várias disciplinas.



INSTITUTO EDUCANDO PARA A PAZ
Signatário do Pacto Global das Nações Unidas
A OMISSÃO DAS EMPRESAS SIGNATÁRIAS NO BRASIL - AGENDA 30
COE 14 de março 2022
Dhc. Dr. He. Me. Dr. José Carlos Pereira PhD.
Doutor em Comunicação, Jornalista, Palestrante, Filósofo, Teólogo



Menos de 4% dos alunos brasileiros estavam acima do nível 4 da prova de ciências (no nível 6, o mais alto, o resultado brasileiro foi de 0%). É com esse contingente, formado pela elite dos estudantes, que o país conta para criar as futuras gerações de pesquisadores. Outras nações dispõem de um contingente bem maior para cumprir essa missão. Na Coreia, mais de 40% dos alunos estão acima do nível 4. “Os países com melhor desempenho fazem uma boa gestão dos recursos disponíveis e valorizam a carreira docente. São premissas que o Brasil tem de seguir para melhorar”, diz o físico Marcelo Knobel, pró-reitor de Graduação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Num artigo publicado em parceria com Fernando Paixão na Folha de S. Paulo, Knobel chegou a conclusões muito semelhantes relacionando o baixo desempenho dos alunos na prova de matemática do Pisa com a escassez de engenheiros.

Há experiências bem-sucedidas para melhorar a educação científica no Brasil. Em muitos casos, baseiam-se em atividades abertas e experimentais, com o professor fazendo o papel de facilitador das discussões em grupo, o uso de referências do cotidiano dos alunos e a adoção de material didático capaz de estimular a construção do conhecimento. Em 2009, o sociólogo Simon Schwartzman e a pesquisadora Micheline Christophe, do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (Iets), fizeram um estudo por encomenda da Academia Brasileira de Ciências que analisou várias experiências, algumas delas voltadas para a formação dos professores, outras calcadas em atividades na sala de aula – mas elas só foram aplicadas em ambientes restritos e isolados, sem alcançar o grosso dos alunos nas escolas públicas.

“Foi possível observar como essa metodologia cria um ambiente de trabalho motivante e participativo, diferente das aulas em que professores ditam os conteúdos que os alunos anotam, com os problemas associados de incompreensão, desinteresse e indisciplina”, diz o estudo.

Um exemplo é o projeto ABC da Educação Científica Mão na Massa, resultado de um acordo de cooperação entre as academias de ciências do Brasil e da França, com foco nos primeiros anos do ensino fundamental. Iniciado em 2001, suas atividades consistem em programas de formação de professores e orientadores pedagógicos e a produção de materiais para trabalho experimental nos cursos de formação e nas escolas. As atividades irradiaram-se para mais de 10 cidades de vários estados, partindo de três núcleos, a Estação Ciência, museu interativo de ciências da USP, o Centro de Difusão Científica e Cultural da USP em São Carlos e a Fundação Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro.



INSTITUTO EDUCANDO PARA A PAZ
Signatário do Pacto Global das Nações Unidas
A OMISSÃO DAS EMPRESAS SIGNATÁRIAS NO BRASIL - AGENDA 30
COE 14 de março 2022
Dhc. Dr. He. Me. Dr. José Carlos Pereira PhD.
Doutor em Comunicação, Jornalista, Palestrante, Filósofo, Teólogo



“Em sua maioria, as experiências mantêm-se pela presença de um especialista filiado a uma universidade ou centro de ciências, trabalhando individualmente ou com pouca ajuda”, diz o estudo. Mas o saldo do programa é diversificado, com a produção de módulos didáticos, além de cursos e oficinas para professores de vários tipos.

A experiência com ensino de ciências da empresa Sangari Brasil é outro exemplo. Ela criou módulos de ensino de ciências que são usados em escolas particulares e também em sistemas públicos, como os do Distrito Federal, ou os municípios do Rio de Janeiro e de Manaus.

Os professores recebem kits com módulos de 16 aulas, que inspiram os debates e a solução de problemas na sala de aula, e são capacitados por especialistas para lidar com esse material.

“Funciona com base em três premissas: o uso do material didático, a formação do professor e o monitoramento das escolas, por meio de tutores. E não dá certo se qualquer uma das três premissas deixar de existir”, afirma Maristela Sarmiento, diretora educacional da Sangari. O projeto funciona como parte do currículo, por exemplo, no Rio de Janeiro, mas também é oferecido como atividade extracurricular em escolas privadas de tempo integral. “Os alunos das escolas privadas têm um repertório maior e às vezes se apropriam mais facilmente dos conhecimentos. Mas a curiosidade e o entusiasmo dos alunos de escolas públicas são impressionantes”, diz.

No campo dos museus de ciências, o estudo destaca o Espaço Ciência, de Pernambuco, museu a céu aberto do governo estadual instalado numa área de 120 mil metros quadrados entre Olinda e Recife, com mais de 200 equipamentos interativos em tópicos como física, química, biologia, matemática e geografia. É dotado de instalações como um espelho d’água, uma hidrelétrica gerando corrente, um planetário e uma caverna, e ainda abriga uma área de mangue utilizada para experiências e espaço de educação ambiental.

Os visitantes são convidados, por exemplo, a identificar as espécies que habitam o lugar. Todos os anos, 150 mil visitantes passam pelo museu. O número e a qualidade dos museus de ciência melhoraram nos últimos anos, mas não se criou ainda uma tradição de visitação desses espaços. “Nos países da Europa visitar museus faz parte da tradição das famílias e das escolas. Lá os museus são bastante aproveitados pela sociedade e se tornam ferramentas importantes para disseminar o pensamento científico e para a formação dos cidadãos”, diz Ernst Hamburger, professor de física da USP, que dirigiu o museu Estação Ciência. “Aqui no Brasil o público ainda é restrito.



INSTITUTO EDUCANDO PARA A PAZ
Signatário do Pacto Global das Nações Unidas
A OMISSÃO DAS EMPRESAS SIGNATÁRIAS NO BRASIL - AGENDA 30
COE 14 de março 2022
Dhc. Dr. He. Me. Dr. José Carlos Pereira PhD.
Doutor em Comunicação, Jornalista, Palestrante, Filósofo, Teólogo



Nenhum museu ultrapassa a marca de 1 milhão de visitantes por ano, o que é pouco para um país com a nossa população”, afirma o professor, para quem a estratégia deveria ser a de levar exposições dos museus para a periferia. O estudo de Schwartzman alerta que há uma série de desafios a cumprir para aproveitar em larga escala as boas experiências. Uma delas é garantir que os projetos sejam permanentemente monitorados e apoiados. Outro desafio, esse mais complexo, é padronizar e sistematizar os conteúdos a serem dados pelos professores, o que, de certa forma, se contrapõe ao caráter aberto e interativo das experiências.

“O problema é que esses processos abertos só funcionam bem quando o professor é muito bem formado e os estudantes também tenham passado por um processo adequado de formação inicial, através do qual tenham consolidado a capacidade de leitura, escrita e uso de conceitos básicos da matemática”, sustenta o estudo.

Para Maria José Pereira Monteiro de Almeida, professora da Faculdade de Educação da Unicamp, a padronização, nos moldes em que é feita hoje, produz resultados danosos. “Muitas escolas adotaram sistemas de ensino que conspiram contra o ensino criativo e participativo. Também se perde a perspectiva de que o trabalho do professor é intelectual. Nesses sistemas o professor só precisa seguir o que está escrito em apostilas, que se considera que fez seu trabalho”, afirma. Maria José lidera o Grupo de Estudo e Pesquisa em Ciência e Ensino da Unicamp, que produziu uma série de contribuições sobre a educação científica. Mostrou, por exemplo, a relevância de se ensinar física moderna e contemporânea no ensino médio, embora o ensino siga limitado à física clássica na maioria das escolas.

Atualmente, o grupo liderado por Maria José investiga, no âmbito do Programa de Melhoria do Ensino Público da FAPESP, estratégias para superar o distanciamento entre as pesquisas que abordam problemas do ensino básico, na área de educação em ciências, e a realidade das escolas.

“Temos diversos programas de pós-graduação em ensino de ciências no Brasil, mas os pesquisadores que eles formam em geral acabam empregados nas próprias universidades, enquanto os professores e os alunos, que lidam no dia a dia com a questão, têm pouco acesso a esse conhecimento”, afirma.



INSTITUTO EDUCANDO PARA A PAZ
Signatário do Pacto Global das Nações Unidas
A OMISSÃO DAS EMPRESAS SIGNATÁRIAS NO BRASIL - AGENDA 30
COE 14 de março 2022
Dhc. Dr. He. Me. Dr. José Carlos Pereira PhD.
Doutor em Comunicação, Jornalista, Palestrante, Filósofo, Teólogo



O Brasil tem 649 pesquisadores por milhão de habitantes. É um índice baixo, comparado ao de países como o Japão (5.543 pesquisadores por milhão de habitantes), os Estados Unidos (4.726), a Coreia (4.725) ou a China (1.082). No estado de São Paulo, a situação é um pouco melhor, com 1.147 pesquisadores por milhão de habitantes. A necessidade de formar os futuros cientistas é um motivo crucial para melhorar o ensino de ciências, mas há outras razões fundamentais. “Uma delas é fazer com que todos os cidadãos de uma sociedade moderna entendam as implicações mais gerais, positivas e problemáticas, daquilo que hoje se denomina ‘sociedade do conhecimento’, e que impacta a vida de todas as pessoas e países”, diz o sociólogo Simon Schwartzman. Outra razão, observa o professor, é “fazer com que as pessoas adquiram os métodos e atitudes típicas das ciências modernas, caracterizadas pela curiosidade intelectual, dúvida metódica, observação dos fatos e busca de relações causais, reconhecidas como fazendo parte do desenvolvimento do espírito crítico e autonomia intelectual dos cidadãos”.

A pesquisa brasileira sobre ensino de ciência é prolífica – mas tem pouco alcance nas políticas públicas e só ocasionalmente ganha aplicação nas escolas. “A cada pelo menos dois anos há vários encontros nacionais de educação de ciência em que um bom volume de boas pesquisas é apresentado”, diz a professora Maria José, da Unicamp. “Mas quando as experiências são transpostas para a realidade das escolas acabam esbarrando em problemas estruturais, como a falta de professores, e não vão adiante”, explica. O conhecimento produzido também tem dificuldade de chegar às escolas. “Há muita pesquisa sobre as escolas, mas pouca pesquisa com e na escola e envolvendo os professores da escola”, diz Maurício Compiani, professor do Instituto de Geociências da Unicamp e especialista em ensino de ciências.

Ele observa que há pouca articulação entre os pesquisadores. “Não existe, nesse estado com tantos grupos de pesquisa em ensino de ciências, um projeto temático da FAPESP que trate das questões mais gerais do ensino de ciências”, afirma.



INSTITUTO EDUCANDO PARA A PAZ
Signatário do Pacto Global das Nações Unidas
A OMISSÃO DAS EMPRESAS SIGNATÁRIAS NO BRASIL - AGENDA 30
COE 14 de março 2022
Dhc. Dr. He. Me. Dr. José Carlos Pereira PhD.
Doutor em Comunicação, Jornalista, Palestrante, Filósofo, Teólogo



A Fome no Brasil
Somos cerca de 170 milhões de brasileiros, sendo quase 50 milhões (30%) de indigentes, vivendo abaixo da linha de pobreza e miséria.

(FGV)

Formar um professor talhado para ministrar educação científica de qualidade não é tarefa simples. “Para ensinar bem ciências, o professor precisa fazer em sala de aula um trabalho baseado em investigação. Mas ele não é formado para isso. Como pode ensinar investigação se não fez investigação?”, pergunta o físico Ernst Hamburger. Ele observa que leva anos para um bom professor adquirir competência. “Exige-se tanto dos professores de ciências quanto se exige de médicos e

engenheiros, mas o abismo salarial entre essas categorias é enorme”, afirma. Hamburger lembra que o progresso quantitativo da educação brasileira nos últimos 50 anos, com a inclusão de larga fatia de brasileiros aos bancos escolares, foi impressionante. “Sou otimista, mas valorizar a profissão de professor e sua formação é condição necessária para continuar a progredir.”

A experiência do projeto Encontros USP-Escola mostra que há professores ávidos por melhorar sua formação. Nas férias de julho e de janeiro, professores do ensino fundamental e médio são convidados a frequentar um conjunto de atividades, entre cursos, palestras e oficinas, voltados para o ensino de física, química, biologia, matemática, astronomia e inglês, e também para o aprendizado de metodologias de sala de aula em que o aluno participe ativamente. “Começamos em 2007 com 50 professores e hoje temos mais de 250 frequentando 10 cursos ministrados”, diz Vera Henriques, coordenadora do projeto, professora do Instituto de Física da USP. Ela afirma que a divulgação dos cursos pelas diretorias de ensino costuma ser falha e que a propaganda boca a boca divulga a iniciativa.

“Há professores muito interessados. Alguns deles formaram o Grupo de Trabalho USP-Escola, em conjunto com alguns professores e estudantes da USP. O grupo se reúne mensalmente para desenvolver material didático experimental e estratégias de ensino participativas. Atualmente está preparando uma revista eletrônica que será sediada no Instituto de Física, com o intuito de divulgar materiais e ideias para um ensino de qualidade”, diz.



INSTITUTO EDUCANDO PARA A PAZ
Signatário do Pacto Global das Nações Unidas
A OMISSÃO DAS EMPRESAS SIGNATÁRIAS NO BRASIL - AGENDA 30
COE 14 de março 2022
Dhc. Dr. He. Me. Dr. José Carlos Pereira PhD.
Doutor em Comunicação, Jornalista, Palestrante, Filósofo, Teólogo



Há uma tendência nas universidades brasileiras de preparar melhor o professor para lidar com a realidade complexa dos alunos, especialmente nas escolas públicas. Maurício Compiani, da Unicamp, conta que desde 2006 passaram a ser exigidos dos futuros professores estágios de 400 horas nas escolas antes de se formarem. “Agora é que os primeiros professores formados por essa regra estão chegando ao mercado de trabalho e a expectativa é que saibam ver o aluno como um sujeito real, e não idealizado. Hoje o que é valorizado no conhecimento científico é o lado cognitivo, hipotético, lógico e dedutivo.

Mas há outros conhecimentos, culturais, afetivos, artísticos, que estão envolvidos nessa criança. O professor precisa fazer a mediação do conhecimento científico com o conhecimento cotidiano que essa criança traz”, afirma. Num projeto vinculado ao Programa de Melhoria do Ensino Público, da FAPESP, realizado entre 2006 e 2010, o grupo liderado por Compiani articulou-se com outro projeto, sobre recuperação ambiental em Campinas, para levar a escolas da cidade conhecimentos socioeconômicos e de geociências com potencial para aproximar o ensino da realidade dos professores e alunos. O professor adverte, porém, que há dificuldades às vezes intransponíveis para obter avanços. “Há escolas públicas na periferia nas quais a rotatividade de professores é de 40% todos os anos. É impossível formar equipes se não há permanência do grupo”, afirma. Outro ponto vulnerável seria a aversão das escolas em estimular a cooperação entre os alunos. “É raro ver um estudante que seja bom em todas as disciplinas”, diz Maria José, da Unicamp.

“Há alunos que têm bloqueio em determinadas disciplinas, mas conseguem aprender em conjunto com outros colegas. O costume das escolas, porém, é estimular a competição entre os alunos”, diz.

Pode parecer paradoxal, mas o aluno brasileiro diz ser bastante interessado em ciências. Dados do Pisa mostram que os estudantes do país declaram um elevado apoio às ciências, maior do que o observado até em países desenvolvidos, mas informaram pouco se utilizar do conhecimento científico em benefício próprio. “O que falta, efetivamente, é encontrar meios de fazê-los se apropriar das ciências, e isso a escola brasileira não tem feito”, diz Simon Schwartzman.



INSTITUTO EDUCANDO PARA A PAZ
Signatário do Pacto Global das Nações Unidas
A OMISSÃO DAS EMPRESAS SIGNATÁRIAS NO BRASIL - AGENDA 30
COE 14 de março 2022
Dhc. Dr. He. Me. Dr. José Carlos Pereira PhD.
Doutor em Comunicação, Jornalista, Palestrante, Filósofo, Teólogo



Renato Pedrosa, do Centro de Estudos Avançados da Unicamp e ex-coordenador do vestibular da universidade, observa que o país vem obtendo avanços lentos na qualidade do ensino – a série histórica do Pisa mostra que o Brasil aumentou de 365 pontos em ciências em 2000 para 405 em 2009. “Os resultados do Pisa e de outras avaliações mostram que o desempenho brasileiro é desastroso quando comparado com outros países. Embora se observe uma melhora no desempenho ao final do ensino fundamental, ela não se traduziu em melhora no ensino médio, no qual a evasão ainda é muito alta”, afirma Pedrosa.

Para ele, o aumento do nível do emprego e a estratégia do MEC de considerar graduado no ensino médio qualquer estudante aprovado no Enem podem explicar parte da evasão. “No caso do emprego, é fácil de entender. Mais preocupante é o MEC conceder diploma de ensino médio a qualquer aluno que tenha obtido 400 pontos no Enem, quando se sabe que esse desempenho está próximo do alcançado por quem responde às provas aleatoriamente, ou seja, por quem chuta as questões”, afirma. “Agora a nota mínima foi ampliada para 450 pontos, mas mesmo assim é baixa.” Os resultados das avaliações da educação científica revelam, diz Pedrosa, uma realidade dramática. “Em alguns estados brasileiros, como Alagoas e Maranhão, o desempenho dos alunos é baixíssimo e não reage. O desempenho mais alto também vem dos mesmos lugares, como Rio Grande do Sul, Distrito Federal, São Paulo e Minas Gerais”, diz.

Sem uma estratégia de impacto, diz Pedrosa, o Brasil vai demorar mais de 50 anos para alcançar os resultados educacionais de países com os quais compete. “É preciso garantir condições melhores para as escolas frequentadas pelos mais pobres, cujas famílias têm mais dificuldade em apoiá-los. O caminho passa, certamente, pela escola integral. Isso pode não ser tão importante para estudantes de classe média alta, mas para os demais faz uma diferença enorme”, afirma.

Fonte: [Revista Fapesp](#)



INSTITUTO EDUCANDO PARA A PAZ
Signatário do Pacto Global das Nações Unidas
A OMISSÃO DAS EMPRESAS SIGNATÁRIAS NO BRASIL - AGENDA 30
COE 14 de março 2022
Dhc. Dr. He. Me. Dr. José Carlos Pereira PhD.
Doutor em Comunicação, Jornalista, Palestrante, Filósofo, Teólogo



Por muito tempo a escola foi considerada a instituição social que seria capaz de minimizar as diferenças de origem e aumentar a igualdade de oportunidades para as pessoas. De fato, é esta a função social da escola em uma sociedade democrática e justa. O direito à educação, tal como definido pela Constituição Federal de 1988 e por outros instrumentos legais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), busca assegurar que todas e todos tenham oportunidades de acessar as instituições escolares e que encontrem nelas as condições propícias para concluir suas etapas, na idade certa, com níveis satisfatórios de aprendizagem para que possam exercer plenamente sua cidadania, ter cotidianos saudáveis e se inserir no mundo do trabalho. A educação é direito fundamental e ao mesmo tempo um dos pilares para o desenvolvimento das pessoas, do ponto de vista social, cultural, político e econômico. Estudo¹ realizado por pesquisadores da Universidade de Stanford mostra que grande parte da diferença entre as taxas de crescimento econômico de longo prazo dos países pode ser explicada por diferenças na qualidade da educação oferecida à sua população e que não há prosperidade duradoura de uma sociedade sem a oferta de uma educação de qualidade.



No entanto, na realidade brasileira, constata-se que ainda há muitos e complexos desafios para que a escola garanta que as estudantes e os estudantes possam aprender, se desenvolver para fazer frente ao seu projeto de vida e contribuir com a sociedade de forma responsável e solidária. Isso quer dizer que nem toda criança, adolescente, jovem ou adulto tem as mesmas oportunidades de acessar a escola, permanecer nela para aprender e se desenvolver como assegurado constitucionalmente. As desigualdades educacionais, assim como as demais, também têm marcadores socioeconômicos, de cor/raça, de gênero e de território, como registrado no Painel das Desigualdades disponibilizado pelo Cenpec. Assim, os que conseguem vencer a barreira do acesso, sofrem com a reprovação, a distorção idade série e com o fato de não ter garantido o direito de aprender e se desenvolver, o que leva à evasão e ao abandono



INSTITUTO EDUCANDO PARA A PAZ
Signatário do Pacto Global das Nações Unidas
A OMISSÃO DAS EMPRESAS SIGNATÁRIAS NO BRASIL - AGENDA 30
COE 14 de março 2022
Dhc. Dr. He. Me. Dr. José Carlos Pereira PhD.
Doutor em Comunicação, Jornalista, Palestrante, Filósofo, Teólogo



O acesso à educação teve grandes avanços nos últimos anos, no entanto, ainda tínhamos, em 2019, quase 1,1 milhão de crianças e adolescentes em idade escolar obrigatória fora da escola, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). São as crianças e adolescentes pretas, pardas e indígenas as mais atingidas pela exclusão escolar. Juntas, elas somam mais de 70% entre aquelas que estavam fora da escola². A partir da ampliação da oportunidade de ingresso na escola para diferentes estratos sociais, questões que sempre estiveram presentes ganharam maior destaque: a reprovação, a distorção idade-série e a aprendizagem na idade certa, incluindo a alfabetização. Da mesma forma que o acesso, estes fenômenos que são também formas de exclusão da escola têm nível socioeconômico, raça/cor, gênero e origem geográfica.

A reprovação Não existe lei ou portaria, nacional ou subnacional, sobre os critérios para reprovação que definem se a estudante ou o estudante, ao final do ano letivo, irá cursar o ano ou a série seguinte ou se ficará retida(o), refazendo o mesmo percurso. A exceção está em todo o período da educação infantil (LDB 9394/1996) e, em algumas redes de ensino, nos anos de alfabetização. Muitas vezes a reprovação é entendida como uma forma de coerção para que a(o) estudante se dedique mais aos estudos, outras como a oferta de maiores possibilidades de aprendizagem pela mais extensa exposição da(o) estudante aos conteúdos escolares. Embora inúmeros estudos revelem a ineficácia e a ineficiência da reprovação como medida pedagógica, esse mecanismo persiste e, além de incidir negativamente sobre a autoestima das pessoas, produz altos custos financeiros para as redes de ensino.

O Censo Escolar de 2020, registra uma expressiva queda nas reprovações, como se verifica no Painel das Desigualdades. No entanto, é preciso considerar que a pandemia da covid 19 impediu as atividades presenciais e estados e municípios seguiram as recomendações do Conselho Nacional de Educação evitando as reprovações (Parecer nº 11, de 07 de julho de 2020). Destaca-se que, seguindo a série histórica da reprovação escolar no Brasil, em 2019 havia mais de 2 milhões de estudantes reprovadas(os), o que corresponde a quase 8% do total de matriculadas(os). A situação se agrava quando se trata das populações residentes em áreas de assentamentos, de quilombos ou terras indígenas. Estudantes vivendo nesses territórios reprovaram, em 2019, acima da média nacional, como apontou estudo Enfrentamento da Cultura do Fracasso Escolar, realizado por Cenpec/ Unicef em 2021³. **A distorção idade-série** A distorção idade-série expressa o resultado das muitas reprovações, de abandonos escolares e de novas tentativas de permanência e sucesso, num ciclo que se retroalimenta. Nessa situação encontram-se as(os) estudantes que estão pelo menos dois anos acima da idade considerada ideal em relação ao ano ou série escolar.



INSTITUTO EDUCANDO PARA A PAZ
Signatário do Pacto Global das Nações Unidas
A OMISSÃO DAS EMPRESAS SIGNATÁRIAS NO BRASIL - AGENDA 30
COE 14 de março 2022
Dhc. Dr. He. Me. Dr. José Carlos Pereira PhD.
Doutor em Comunicação, Jornalista, Palestrante, Filósofo, Teólogo



Em 2020, eram quase 6 milhões dentre as(os) matriculadas(os). Essa barreira educacional está associada, também, às desigualdades de cor/raça, de gênero e de deficiência, acompanhando os indicadores de reprovação e abandono. São indígenas as(os) estudantes que mais sofrem com a distorção idade-série, seguidas(os) por pretas(os) e pardas(os), como se verifica no Painel das Desigualdades. **O abandono escolar** As sucessivas reprovações, a distorção idade-série, assim como a progressão sem a garantia de aprendizado escolar esperado são fatores de abandono e de evasão⁴. Assim como ocorre nas situações de reprovação e distorção idade série, o abandono escolar também incide mais sobre determinados grupos sociais ou sobre estudantes com características específicas. Crianças e adolescentes indígenas são as que mais deixaram a escola em 2020. Além disso, são mais meninos do que meninas. As taxas de abandono escolar também apresentaram quedas expressivas em 2020, primeiro ano da pandemia da covid 19, como registrado no Painel das Desigualdades.

É possível que essa redução seja resultado do prolongamento do ano letivo, ocorrido em alguns estados e municípios, visando acolher as diferentes condições de acesso ao ensino remoto de estudantes e suas famílias.

Cultura do Fracasso Escolar Características pessoais, como gênero, raça e deficiência, marcam as desigualdades educacionais e, nesses casos, também são preditoras do fracasso escolar. Tem-se, no Brasil, uma cultura do fracasso escolar que naturaliza os fenômenos de reprovação, distorção idade-série e abandono. Como afirmado na pesquisa *Enfrentamento da Cultura do Fracasso Escolar*, Cenpec/Unicef: “o enfrentamento da cultura do fracasso escolar, pela eliminação das reprovações, da distorção idade-série e do abandono, é responsabilidade de gestoras(es) em todas as instâncias do sistema educacional e de docentes nas escolas. Essa eliminação, no entanto, não pode ser um ato burocrático, mas resultado de debates e convencimento, pela compreensão de que o fracasso escolar é um mecanismo contra a educação, contra o sistema educacional, contra as(os) profissionais da educação, contra as(os) estudantes e, por fim, contra a sociedade”.



INSTITUTO EDUCANDO PARA A PAZ
Signatário do Pacto Global das Nações Unidas
A OMISSÃO DAS EMPRESAS SIGNATÁRIAS NO BRASIL - AGENDA 30
COE 14 de março 2022
Dhc. Dr. He. Me. Dr. José Carlos Pereira PhD.
Doutor em Comunicação, Jornalista, Palestrante, Filósofo, Teólogo



O racismo é um fenômeno tão forte e tão entranhado na sociedade brasileira que muitas vezes não é reconhecido como tal. Crianças e adolescentes negras, indígenas ou imigrantes sofrem com apelidos, comentários cruéis ou exclusões (na composição de grupos de trabalho ou na formação de times, por exemplo). Quando essas situações chegam aos adultos, são muitas vezes compreendidas e tratadas como “brincadeiras” ou como “conflitos pessoais” e não são debatidas no coletivo. Assim, uma discriminação que é histórica vai se perpetuando. O combate ao racismo, na maioria das vezes, também não se dá no currículo escolar. Reconhece-se a importância das Leis 10.639/2003⁵ e 11.645/2008⁶ como marcos para a instalação do debate nas escolas, mas reconhece-se também o seu pequeno alcance, uma vez que o trabalho que se espera que ocorra em escolas não é apenas o de incluir “o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena” em seus currículos, mas o combate coletivo e cotidiano às discriminações. Essas discriminações também repercutem nos resultados escolares das crianças e adolescentes negras, indígenas e imigrantes: são elas as mais reprovadas, as que se encontram em maior número na situação de distorção idade-série e as que mais abandonam a escola.

¹ Education, knowledge capital, and economic growth Eric A. Hanushek , Ludger Woessmann. <http://hanushek.stanford.edu/sites/default/files/publications/Hanushek%2BWoessmann%202020%20Education%20knowledge%20capital%20and%20economic%20growth.pdf>. Acesso em 23.Jul.2021

² Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/14026/file/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil.pdf>. Acesso em 23 de Jul.2021.

³ Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/12566/file/enfrentamento-da-cultura-do-fracasso-escolar.pdf>. Acesso em 23.Jul.2021.

⁴ Deixar de frequentar as aulas durante o ano letivo caracteriza o abandono escolar. A situação em que a(o) estudante, seja reprovada(o) ou aprovada(o), não efetua a matrícula para dar continuidade aos estudos no ano seguinte é entendida como evasão escolar.

⁵ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm

⁶ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111645.htm



INSTITUTO EDUCANDO PARA A PAZ
Signatário do Pacto Global das Nações Unidas
A OMISSÃO DAS EMPRESAS SIGNATÁRIAS NO BRASIL - AGENDA 30
COE 14 de março 2022
Dhc. Dr. He. Me. Dr. José Carlos Pereira PhD.
Doutor em Comunicação, Jornalista, Palestrante, Filósofo, Teólogo



5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas



Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

Nas últimas décadas, a análise da participação política das mulheres tem-se deslocado do enfoque sobre as distâncias e hiatos entre a presença de homens e mulheres na política

para um enfoque referenciado pela paridade. A Declaração de Atenas¹, de 1992, é considerada um marco inicial na definição da paridade como referência para se avaliar o déficit democrático.

O que as líderes europeias ressaltaram naquele momento, ao tratar dos direitos políticos como dependentes de uma representação equitativa, foi que a paridade nos fornece uma lente para enxergar as falhas dos sistemas democráticos para com as mulheres, falhas estas que expressam um afastamento desses regimes em relação a seus princípios básicos. O Consenso de Quito, resultante da Décima Conferência Regional sobre as Mulheres na América Latina e no Caribe, que ocorreu em agosto de 2007, define a paridade como “um dos propulsores determinantes da democracia”. Menos de dez anos depois, em 2016, a Estratégia de Montevidéu para a Implementação da Agenda Regional de Gênero no Âmbito do Desenvolvimento Sustentável até 2030 definiria a paridade como “pilar central para gerar as condições para o exercício pleno dos direitos humanos e da cidadania das mulheres”, através do “aprofundamento e a qualificação das democracias, bem como da democratização dos regimes políticos, socioeconômicos e culturais”.

A iniciativa ATENEA tem como ponto de partida esse compromisso com a democracia paritária. Trata-se de um instrumento desenvolvido para medir o exercício dos direitos políticos das mulheres e, com isso, obter-se um quadro comparativo da situação dos países signatários da Declaração assinada em 3 de novembro de 1992, em Atenas, por mulheres políticas proeminentes ao final da Cúpula Europeia sobre “Mulheres no Poder”. A aplicação do mecanismo ATENEA ao quadro político brasileiro produziu evidências importantes sobre os desafios para se alcançar a paridade. É deles que falaremos adiante, apresentando um quadro amplo das desigualdades políticas e, ao final, recomendações para superá-las. Note-se que, no Brasil, as mulheres permanecem em condição de desigualdade também em outras dimensões da vida social. Nas relações de trabalho, as desvantagens permanecem, embora tenha havido redução das diferenças salariais nas últimas décadas e aumento das taxas de ocupação.

Em 1995, a renda média das mulheres representava 53% da dos homens; apenas em 2014 elas ultrapassaram o patamar de 70% da renda deles, chegando, atualmente, a cerca de 74%. Porém, esses dados têm que ser considerados com muita atenção, já que a renda média das mulheres negras permanece em torno de 40% da dos homens brancos, mostrando que a pirâmide da renda auferida pelo trabalho, assim como a da pobreza, responde, simultaneamente, às variáveis de gênero e racial (IBGE, 2019). A explicação para este cenário de desigualdades não está em diferenças na qualificação. Um único dado da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), divulgada em 2016, demonstra que 16,9% das mulheres e 13,5% dos homens têm ensino superior completo. Assim, uma das hipóteses para a distância persistente é a responsabilização excessiva das mulheres pela reprodução social, que se evidencia nas pesquisas sobre o uso do tempo. Entre mulheres e homens ocupados com 4 BRASIL: Onde está o compromisso com as mulheres? Um longo caminho para se chegar à paridade a realização de trabalho remunerado, elas dedicam semanalmente, em



INSTITUTO EDUCANDO PARA A PAZ
Signatário do Pacto Global das Nações Unidas
A OMISSÃO DAS EMPRESAS SIGNATÁRIAS NO BRASIL - AGENDA 30
COE 14 de março 2022
Dhc. Dr. He. Me. Dr. José Carlos Pereira PhD.
Doutor em Comunicação, Jornalista, Palestrante, Filósofo, Teólogo



média, 21,3 horas ao trabalho não-remunerado doméstico e de cuidado, enquanto entre eles a média semanal é de 10,9 horas (IBGE, 2018). O tempo médio dedicado por elas ao trabalho doméstico não-remunerado aumenta se são casadas e se têm filhos de zero a quatro anos, enquanto entre os homens esse tempo se mantém estável, mostrando que a incidência da conjugalidade e da parentalidade na rotina de trabalho é diferente para elas e para eles (Barbosa, 2018). Os limites à autonomia das mulheres decerto não se restringem às relações de trabalho. Estima-se que a violência baseada no gênero, por exemplo, tenha atingido, em 2018, 16 milhões de mulheres maiores de 16 anos (o que corresponde a 27,4% das mulheres nessa faixa etária). Em 76,4% desses casos, as mulheres que sofreram violência afirmam ser o agressor alguém conhecido. Em 42% dos casos, a violência ocorreu em casa (Bueno; Lima, 2019). Segundo dados do Ministério da Saúde, entre 1990 e 2015 a redução na razão de mortalidade materna no Brasil foi de 143 para 62 óbitos maternos por 100 mil nascidos vivos, o que representou uma diminuição de 56%. Em 2018, a razão de mortalidade materna no Brasil foi de 59,1 óbitos para cada 100 mil nascidos vivos.

Dentre os obstáculos à realização da saúde sexual e reprodutiva, destacam-se a qualidade e o acesso a informações e a serviços. Quando se analisa o caso brasileiro comparativamente aos demais países, em termos de dados gerais de paridade, o que mais sobressai é a condição precária da participação política formal das mulheres. Nas demais dimensões houve avanços, mas é na política que a paridade está mais distante. Os dados do Global Gender Gap Report 2018 (Fórum Econômico Mundial, 2019) trazem um retrato desta situação. Em termos gerais, em 2018, o Brasil ocupava a 95ª posição entre 149 países analisados, com um índice médio de hiato de gênero de 0,68.

Tal índice é calculado a partir de quatro dimensões: participação e oportunidades econômicas, nível educacional, saúde e poder político. Em relação a nível educacional (1,0) e saúde (0,98), pode-se afirmar que há paridade entre homens e mulheres no Brasil, que divide a primeira posição com outros países. Na participação econômica, o índice é mais baixo (0,645), principalmente pela disparidade salarial que apontamos acima, colocando o Brasil na 92ª posição. Mas é o cenário da participação no poder político que apresenta os piores indicadores: (0,101) no Global Gender Gap Index de 2018, posicionando o país em 112o lugar, considerando apenas essa dimensão, que tem média de 0,22. A participação histórica das mulheres brasileiras em movimentos sociais, conselhos e conferências de políticas públicas, assim como no âmbito partidário (segundo dados do TSE de 2016, de um total de 16.018.485 de brasileiros filiados a partidos políticos, 45% são mulheres) reforça o entendimento de que as barreiras à participação paritária se encontram no âmbito institucional. Especificamente, nas práticas e padrões de organização dos partidos políticos. Tais barreiras alimentam-se dos estereótipos e restrições de tempo e de recursos relacionados à divisão sexual do trabalho, conforme anteriormente mencionado. Assim, embora os índices socioeducacionais mostrem avanços, principalmente na escolarização e nas condições de saúde (principalmente em termos de expectativa de vida média), a desigualdade salarial e, em especial, a baixa ocupação de cargos políticos são fatores centrais para explicar a desigualdade de gênero no Brasil. É a esta última dimensão, da distância para alcançarmos a paridade política, que se dedica a análise sob o mecanismo ATENEA, bem como sua aplicação

Fonte: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/09/ATENEA_Brasil_FINAL.pdf



INSTITUTO EDUCANDO PARA A PAZ
Signatário do Pacto Global das Nações Unidas
A OMISSÃO DAS EMPRESAS SIGNATÁRIAS NO BRASIL - AGENDA 30
COE 14 de março 2022
Dhc. Dr. He. Me. Dr. José Carlos Pereira PhD.
Doutor em Comunicação, Jornalista, Palestrante, Filósofo, Teólogo



6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos



Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e o saneamento para todos

REVISÃO DO MARCO LEGAL DO SANEAMENTO NÃO INCORPORA OS DIREITOS HUMANOS À ÁGUA E AO ESGOTAMENTO SANITÁRIO

As lutas pelo direito à água e ao esgotamento sanitário são muito antigas. Recontam a história de pessoas, do engajamento de comunidades inteiras por condições dignas de vida, pela saúde das famílias,



pela moradia, pela permanência em seus territórios, em especial na formação das grandes cidades. O enfrentamento às violações de direitos humanos representa um processo incansável e em disputa pela diminuição das desigualdades sociais e pela promoção da saúde, especialmente nas populações mais vulneráveis. Considerando esse histórico de lutas – e reconhecendo o enorme contingente de pessoas que, em pleno século XXI, ainda seguem apartados de direitos tão básicos –, a ONU deu um passo fundamental ao reconhecer o direito humano à água e ao esgotamento sanitário no ano de 2010, aprovado em



Assembleia Geral, estando o Brasil entre os países signatários. Cinco anos depois, em 2015, a ONU aprovou resolução reconhecendo o direito humano ao esgotamento sanitário como um “direito distinto, porém integrado” ao acesso à água. A partir de então se passou a falar em “Direitos Humanos à Água e ao Saneamento” (no plural). Esse processo está relatado em uma série de entrevistas com os três relatores especiais que vigoraram desde esse momento da declaração dos DHAES, disponíveis no site [Dia Mundial do Banheiro](#).

Aqui é necessário ressaltar que o termo que aparece na ONU é “sanitation”, que quer dizer “esgotamento sanitário” e não saneamento. Já aqui no Brasil, o termo “saneamento” é bem mais amplo,



foi definido pela [Lei 11.445/2007](#) e compreende serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem.

Desde esse reconhecimento da ONU, os países devem garantir, progressivamente, esse direito, incluindo a obrigatoriedade a seu reconhecimento nos ordenamentos jurídicos nacionais. O reconhecimento dos DHAES traz implicações legais aos Estados que são os responsáveis por garantir acesso à água e ao esgotamento sanitário indistintamente para toda a população. “O referencial



INSTITUTO EDUCANDO PARA A PAZ
Signatário do Pacto Global das Nações Unidas
A OMISSÃO DAS EMPRESAS SIGNATÁRIAS NO BRASIL - AGENDA 30
COE 14 de março 2022
Dhc. Dr. He. Me. Dr. José Carlos Pereira PhD.
Doutor em Comunicação, Jornalista, Palestrante, Filósofo, Teólogo



teórico do DHAES é uma importante ferramenta para regulamentar o uso da água em diversos países, contribuindo de maneira significativa para a elaboração e implementação de políticas públicas” (Neves-Silva, Heller, 2016, p. 1862).

Princípios e critérios normativos dos DHAES

Os Direitos Humanos à Água potável e ao Saneamento são derivados do direito ao adequado padrão de vida, bem como ao direito à vida e à dignidade humana (Resolução ONU 15/9) (Neves, 2016). Tem origem no

Tratado Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e possuem princípios e critérios normativos específicos.

Segundo o “[Manual sobre os Direitos Humanos à Água Potável e ao Saneamento para Profissionais](#)”, os princípios fundamentais dos direitos humanos aplicados ao contexto da água e do saneamento, comuns aos dois serviços, são: igualdade e não-discriminação, responsabilização, participação e acesso à informação e transparência^[1].

Igualdade e não discriminação – Água e saneamento devem ser fornecidos sem qualquer discriminação. Prestadores de serviços devem garantir que os seus sistemas não excluam indivíduos e grupos, marginalizados ou em risco de marginalização, independentemente dos níveis de rendimento.

Responsabilização – Diz respeito aos Estados, que são obrigados a respeitar, proteger e cumprir os direitos à água para consumo humano e saneamento, para as pessoas sob a sua governação, e devem ser responsabilizados pelo cumprimento destas obrigações. A responsabilização inclui monitorização, mecanismos de reclamação, resolução de conflitos e transparência. Em relação aos prestadores de serviços, estes devem assegurar que os seus sistemas de monitorização e os níveis de acessibilidade económica estejam em conformidade com as metas do governo e instruções das autoridades públicas.



Participação – Todas as pessoas, especialmente aquelas que estão geralmente sub-representadas, incluindo mulheres, minorias étnicas e raciais e grupos marginalizados, devem ter a oportunidade de participar de

forma significativa na tomada de decisões, no que se refere ao acesso à água segura e saneamento. As autoridades públicas e os prestadores de serviços têm a responsabilidade de garantir que os utilizadores e quem é afetado pelas decisões tomadas sobre o tipo de serviço sejam informados e possam participar, de uma forma significativa, neste processo de tomada de decisão.

Acesso à informação/transparência – Essencial para que haja uma participação significativa, o acesso à informação diz respeito a dados sobre a qualidade da água, preço e tarifas, possibilidade de subsídios para indivíduos e grupos específicos da população, sistemas de pagamento, além de



INSTITUTO EDUCANDO PARA A PAZ
Signatário do Pacto Global das Nações Unidas
A OMISSÃO DAS EMPRESAS SIGNATÁRIAS NO BRASIL - AGENDA 30
COE 14 de março 2022
Dhc. Dr. He. Me. Dr. José Carlos Pereira PhD.
Doutor em Comunicação, Jornalista, Palestrante, Filósofo, Teólogo



informações mais amplas como orçamentos de programas regionais e nacionais existentes e previstos etc. A transparência também está relacionada ao processo de monitoramento do orçamento, das despesas, da definição das áreas ou grupos populacionais que devem ser priorizados na prestação de serviços (BOS, 2017).

O acesso à água potável e ao esgotamento sanitário como direitos humanos abrangem ainda as dimensões da disponibilidade, acessibilidade física, aceitabilidade, acessibilidade econômica e qualidade, (Manual prático da Catarina Albuquerque), detalhados abaixo enquanto critérios normativos:

<p>Disponibilidade</p> 	<p>Água: o recurso deve estar disponível para uso doméstico, em edifícios públicos e no local de trabalho, cumprindo os requisitos de limpeza e segurança. Saneamento: existência de instalações sanitárias seguras disponíveis para todos, em todos os lugares: em casa, no trabalho e em locais públicos.</p>
<p>Segurança e Qualidade</p> 	<p>Água: água para consumo humano deve ser livre de agentes patogênicos e níveis tóxicos de produtos químicos. Saneamento: instalações sanitárias devem abordar várias medidas de proteção para limitar os riscos associados à sua utilização.</p> 
<p>Aceitabilidade</p> 	<p>Água: Aspecto, sabor e odor local e culturalmente aceitáveis, embora os parâmetros sejam altamente subjetivos, por isso não é possível definir metas de aceitabilidade globais claras e objetivas. Saneamento: instalações e infraestruturas</p>



INSTITUTO EDUCANDO PARA A PAZ
 Signatário do Pacto Global das Nações Unidas
A OMISSÃO DAS EMPRESAS SIGNATÁRIAS NO BRASIL - AGENDA 30
 COE 14 de março 2022
Dhc. Dr. He. Me. Dr. José Carlos Pereira PhD.
 Doutor em Comunicação, Jornalista, Palestrante, Filósofo, Teólogo



sanitárias bem geridas para evitar impactos adversos sobre o bem-estar dos indivíduos e das comunidades e no meio ambiente.



Água: o recurso deve estar acessível, inclusive para crianças, idosos e deficientes, a uma distância entre a residência ou o local de trabalho e o ponto de abastecimento de água que permita o acesso de todos. Saneamento: garantir o acesso a instalações sanitárias a todos: homens, mulheres, crianças e pessoas com deficiência, incluindo medidas que devem incluir proteção contra o assédio e a agressão, especialmente à noite, e com atenção especial e acesso prioritário para a questão de gênero.



Atendimento e deficit

COMPONENTE	ATENDIMENTO ADEQUADO		DEFICIT			
			Atendimento precário		Sem atendimento	
	(x 1.000 hab)	%	(x 1.000 hab)	%	(x 1.000 hab)	%
Abastecimento de água	112.457 ^{II}	59,4	64.160	33,9	128.10	6,8
Esgotamento sanitário	75.369 ^{III}	39,7	96.241	50,7	18.180	9,6
Manejo de resíduos sólidos	111.220 ^{III}	58,6	51.690 ^{III}	27,2	26.890	14,2

II - Dados do IBGE (2017) III - Dados do IBGE (2017)

PLANSAB





INSTITUTO EDUCANDO PARA A PAZ
Signatário do Pacto Global das Nações Unidas
A OMISSÃO DAS EMPRESAS SIGNATÁRIAS NO BRASIL - AGENDA 30
COE 14 de março 2022
Dhc. Dr. He. Me. Dr. José Carlos Pereira PhD.
Doutor em Comunicação, Jornalista, Palestrante, Filósofo, Teólogo



Água e Saneamento: garantir que as instalações e serviços de água, esgotamento sanitário e higiene sejam financeiramente acessíveis a todos. Para ser economicamente acessível, o custo dos serviços de água e saneamento devem ser proporcionais ao rendimento disponível dos agregados familiares.



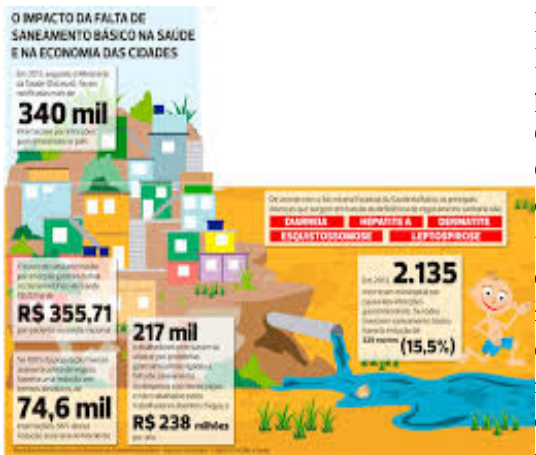
INSTITUTO EDUCANDO PARA A PAZ
Signatário do Pacto Global das Nações Unidas
A OMISSÃO DAS EMPRESAS SIGNATÁRIAS NO BRASIL - AGENDA 30
COE 14 de março 2022
Dhc. Dr. He. Me. Dr. José Carlos Pereira PhD.
Doutor em Comunicação, Jornalista, Palestrante, Filósofo, Teólogo



Realização progressiva e inclusiva: a necessidade de um ambiente favorável

Complementarmente aos princípios e critérios normativos dos Direitos Humanos, deve-se observar a relação entre dois conceitos fundamentais, apontados por Léo Heller no seu décimo segundo relatório da ONU: realização vertical, que diz respeito à melhora progressiva do nível do serviço (como, por exemplo, passar de um chafariz para uma torneira em casa), e realização horizontal, que diz respeito a avançar progressivamente no atendimento com foco nos que ainda estão à margem desses serviços, ou seja, ampliar a população atendida (HELLER, 2020).

Para que essas duas estratégias avancem, é necessário que os Estados sejam capazes de fazer planejamentos adequados, preferencialmente fundados no marco de Direitos Humanos e busquem um patamar que equilibre a qualidade do serviço e a ampliação de atendimento dos locais menos assistidos e com concentração de populações mais vulneráveis em termos econômicos, sociais e de saúde. Refletindo e desejando um contexto de realização progressiva – que, insistimos em reforçar, exige uma redução das desigualdades e não só a expansão dos serviços já existentes –, há a necessidade de um “ambiente favorável” (HELLER, 2020) que inclui: a existência de instituições, regulamentos e processos, a mobilização de recursos financeiros e a



possibilidade de judicialização dentro do sistema jurídico do país, que deveriam ser obrigações mínimas do Estado, segundo o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Decreto 591/1992).



CIDADES DA REGIÃO NORTE E NORDESTE APRESENTAM OS PIORES ÍNDICES DE SANEAMENTO BÁSICO DO PAÍS

A água tratada e o saneamento básico são avaliados pelo governo e pelo Instituto Trata Brasil, especialista no monitoramento deste tipo de dado, levando o alerta vermelho para as regiões Norte e Nordeste, detentoras dos 10 piores índices do Brasil.

O SANEAMENTO BÁSICO NO BRASIL

De acordo com o Atlas Esgotos, a universalização do esgotamento sanitário na área urbana do País necessitaria de R\$11,6 bilhões em investimento, tendo como horizonte o ano de 2035, se não houver desvios ou corrupção.

Da responsabilização nesse ambiente favorável, ou seja, os Estados deveriam garantir que todos os atores envolvidos na questão sejam obrigados a cumprir os Direitos Humanos, com a existência de mecanismos de responsabilização, marcos jurídicos e regulatórios que tenham esses direitos reconhecidos explicitamente. Isso vale inclusive para a iniciativa privada, que também deveria ter sua atuação voltada a considerar os Direitos Humanos quando atua no setor.



INSTITUTO EDUCANDO PARA A PAZ
Signatário do Pacto Global das Nações Unidas
A OMISSÃO DAS EMPRESAS SIGNATÁRIAS NO BRASIL - AGENDA 30
COE 14 de março 2022
Dhc. Dr. He. Me. Dr. José Carlos Pereira PhD.
Doutor em Comunicação, Jornalista, Palestrante, Filósofo, Teólogo



Oportunidade perdida



Considerando essas informações, ressaltamos que foi perdida uma grande oportunidade de incorporar esses direitos humanos quando da aprovação do chamado novo Marco Legal do Saneamento, a lei federal 14.026/2020. A oportunidade perdida de incluir de forma completa entre seus princípios e objetivos da lei que o acesso à água limpa e segura e ao saneamento básico são direitos fundamentais, nos deixa para trás no avanço desses direitos – uma vez que o avanço no conjunto de políticas, o planejamento e a prestação dos

serviços públicos deveriam ser balizados por esses direitos.



No entanto, destacamos a importância de uma proposta de emenda constitucional (PEC) 6/21 que torna o acesso à água potável um direito fundamental. Apresentada em 2018, a PEC foi aprovada pelo Senado Federal em março de 2021 e agora tramita na Câmara dos Deputados. Seu texto inclui, no artigo 5º, inciso LXXIX, da Constituição Federal: “é garantido a todos o acesso à água potável em quantidade adequada para possibilitar meios de vida, bem-estar e desenvolvimento socioeconômico.” O IAS acredita na importância de se pressionar por essa aprovação e a contínua busca pela incorporação do saneamento, mais

especificamente o esgotamento sanitário, também como um direito fundamental na Constituição Brasileira, que segue como um desafio. Avançar na luta pelos Direitos Humanos incluindo seus princípios e critérios explicitamente nas legislações, de forma que possam ser cobrados, é uma luta tão



necessária quanto as lutas travadas pelas comunidades em seus territórios. Além disso, a pandemia da Covid-19 escancarou a urgência da garantia do direito ao saneamento, especialmente o acesso à água potável (GTSC A2030, 2021). As violações e privações e o consequente empobrecimento das populações é um fator de preocupação ainda maior diante da associação com a crise climática e a escassez hídrica. No contexto atual, portanto, o acesso adequado e

universal à água, ao saneamento e às instalações de higiene é ainda mais urgente. ¹BOS, Robert e outros coautores. Manual sobre os Direitos Humanos à Água Potável e Saneamento para Profissionais. De Robert Bos e outros coautores. Iwa Publishing, 2017. **FONTE:**

<https://www.aguaesaneamento.org.br/opportunidade-perdida-revisao-do-marco-legal-nao-incorpora-direitos-humanos-agua-esgotamento-sanitario/>



INSTITUTO EDUCANDO PARA A PAZ
Signatário do Pacto Global das Nações Unidas
A OMISSÃO DAS EMPRESAS SIGNATÁRIAS NO BRASIL - AGENDA 30
COE 14 de março 2022
Dhc. Dr. He. Me. Dr. José Carlos Pereira PhD.
Doutor em Comunicação, Jornalista, Palestrante, Filósofo, Teólogo



Objetivo 7. Assegurar a todos o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia

O Brasil é um dos 193 países que compõem a Organização das Nações Unidas (ONU) que pactuaram, em 2015, a Agenda 2030. Trata-se de um plano de ação com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), constituídos por 169 metas a serem alcançadas em 15 anos. Passada praticamente a metade desse período, o País parece distante de cumprir o acordo. O cenário atual é de estagnação, quando não, de retrocesso na execução do plano. Um exemplo está no objetivo relacionado à energia limpa e acessível. De acordo com o mais recente e consistente levantamento sobre o andamento dos ODS no Brasil, o “Relatório Luz da Sociedade Civil sobre a Agenda 2030”, a gravidade do problema começa pela falta de dados atualizados e confiáveis sobre o tema energia. O objetivo – de número 7 entre os 17 ODS – estabelece o seguinte: “assegurar acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos”.

No entanto, aponta o Relatório Luz (elaborado por um conjunto de entidades da sociedade civil), diante



das informações disponíveis, que é possível constatar que das cinco metas que compõem o ODS 7, nenhuma delas caminha para ser atingida. O levantamento aponta que a meta 7.1 (universalização do acesso) está ameaçada. Por sua vez, a 7.2 (aumentar participação das energias renováveis) encontra-se estagnada. Dobrar a eficiência energética (7.3) é meta classificada como em retrocesso.

Uma quarta meta dentro do objetivo sete fixa o estabelecimento de cooperações internacionais (7.a), item sobre o qual a equipe do Relatório Luz não encontrou dados que permitissem avaliar. A quinta meta do ODS 7, que se refere à modernização tecnológica da infraestrutura para o fornecimento de serviços de energia sustentável, está em progresso insuficiente para ser alcançada até 2030, ainda segundo o relatório.

Em outros objetivos, os quais, assim como o voltado à questão energética, têm relação direta com o meio ambiente, o estágio também é desalentador. Vale ressaltar que o Relatório Luz envolveu o trabalho de 106 especialistas em desenvolvimento sustentável, de modo a expressar uma análise multidisciplinar e holística.



O ODS que trata da ação contra a mudança global do clima (ODS 13) – e as intensas chuvas que caem no Brasil desde o início deste ano mostram efeitos dessa mudança – tem quatro das cinco metas classificadas, pelo conjunto de especialistas responsáveis pelo Relatório Luz, como “em retrocesso”. A interrupção de programas de governo, a edição de normas que flexibilizam proteção ambiental e o afrouxamento da fiscalização são apontadas como razões para esse “andar para trás”. “Em 2020, apesar do aumento do desmatamento e das queimadas, as multas aplicadas pelo Ibama tiveram a maior queda dos últimos 20 anos”, assinala o



INSTITUTO EDUCANDO PARA A PAZ
Signatário do Pacto Global das Nações Unidas
A OMISSÃO DAS EMPRESAS SIGNATÁRIAS NO BRASIL - AGENDA 30
COE 14 de março 2022
Dhc. Dr. He. Me. Dr. José Carlos Pereira PhD.
Doutor em Comunicação, Jornalista, Palestrante, Filósofo, Teólogo



documento.



Todas as dez metas do ODS 14, relacionadas à vida na água (o que inclui conservação dos oceanos e uso sustentável dos recursos marinhos), também não apresentam avanços. Ao contrário: quatro acumulam retrocesso, outras cinco estão estagnadas e uma registra progresso insuficiente para que seja cumprida até 2030. “O país não dispõe de sistema nacional para monitoramento da pesca, o que impossibilita a gestão sustentável dos recursos marinhos vivos, agravando ainda mais o cenário de saúde e de vulnerabilidade nas comunidades costeiras e ribeirinhas”, exemplifica o

relatório.

Ativista em organizações que atuam em projetos desenvolvidos conjuntamente com a ONU, e ainda em movimentos de formação e renovação cidadã e política, o especialista e empreendedor em energias



renováveis Marcos Rocha Martins Silva constata que, diante do diagnóstico, é preciso ação para reverter esse cenário. Em dezembro último, por meio da EnergyPay, do qual é CEO, Marcos Silva lançou um programa de financiamento de construção de usinas de energia solar a partir das taxas de transação de uma moeda digital, a EnyCoin (ENY).

A primeira usina já está em implantação, em Itaobim, Minas Gerais, com previsão de ser entregue no segundo semestre deste ano. Até 2025, serão 15 ao todo. Além de Minas, serão instaladas usinas fotovoltaicas na Bahia e no Rio de Janeiro, por meio do mesmo modelo de financiamento. Cada usina terá capacidade para gerar até 1 megawatt. “É um trabalho

fruto de anos que dedico a iniciativas da ONU e de órgãos governamentais em prol do desenvolvimento sustentável. É um projeto ecoempreendedor, para contribuir pela mudança do mundo”, assinala.



Investimentos como esse são fundamentais para equilibrar a matriz energética brasileira, conforme observa Marcos Silva. “Hoje, 62% da energia no país ainda é gerada por hidrelétricas. No entanto, vemos as constantes estiagens que diminuem o nível dos reservatórios”, compara. Divulgação

FONTE: O Brasil é um dos 193 países que compõem a Organização das Nações Unidas (ONU) que pactuaram, em 2015, a Agenda 2030. Trata-se de um plano de ação com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), constituídos por 169 metas a serem alcançadas em 15 anos. Passada praticamente a metade desse período, o País parece distante de cumprir o acordo. O cenário atual é de estagnação, quando não, de retrocesso na execução do plano.

Um exemplo está no objetivo relacionado à energia limpa e acessível. De acordo com o mais recente e consistente levantamento sobre o andamento dos ODS no Brasil, o “Relatório Luz da Sociedade Civil



INSTITUTO EDUCANDO PARA A PAZ
Signatário do Pacto Global das Nações Unidas
A OMISSÃO DAS EMPRESAS SIGNATÁRIAS NO BRASIL - AGENDA 30
COE 14 de março 2022
Dhc. Dr. He. Me. Dr. José Carlos Pereira PhD.
Doutor em Comunicação, Jornalista, Palestrante, Filósofo, Teólogo



sobre a Agenda 2030”, a gravidade do problema começa pela falta de dados atualizados e confiáveis sobre o tema energia. O objetivo – de número 7 entre os 17 ODS – estabelece o seguinte: “assegurar acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos”.

No entanto, aponta o Relatório Luz (elaborado por um conjunto de entidades da sociedade civil), diante das informações disponíveis, que é possível constatar que das cinco metas que compõem o ODS 7, nenhuma delas caminha para ser atingida. O levantamento aponta que a meta 7.1 (universalização do acesso) está ameaçada. Por sua vez, a 7.2 (aumentar participação das energias renováveis) encontra-se estagnada. Dobrar a eficiência energética (7.3) é meta classificada como em retrocesso.



Uma quarta meta dentro do objetivo sete fixa o estabelecimento de cooperações internacionais (7.a), item sobre o qual a equipe do Relatório Luz não encontrou dados que permitissem avaliar. A quinta meta do ODS 7, que se refere à modernização tecnológica da infraestrutura para o fornecimento de serviços de energia sustentável, está em progresso insuficiente para ser alcançada até 2030, ainda segundo o relatório.

Em outros objetivos, os quais, assim como o voltado à questão energética, têm relação direta com o meio ambiente, o estágio também é desalentador. Vale ressaltar que o Relatório Luz envolveu o trabalho de 106 especialistas em desenvolvimento sustentável, de modo a expressar uma análise multidisciplinar e holística.

O ODS que trata da ação contra a mudança global do clima (ODS 13) – e as intensas chuvas que caem no Brasil desde o início deste ano mostram efeitos dessa mudança – tem quatro das cinco metas classificadas, pelo conjunto de especialistas responsáveis pelo Relatório Luz, como “em retrocesso”. A interrupção de programas de governo, a edição de normas que flexibilizam proteção ambiental e o afrouxamento da fiscalização são apontadas como razões para esse “andar para trás”. “Em 2020, apesar do aumento do desmatamento e das queimadas, as multas aplicadas pelo Ibama tiveram a maior queda dos últimos 20 anos”, assinala o documento.



Todas as dez metas do ODS 14, relacionadas à vida na água (o que inclui conservação dos oceanos e uso sustentável dos recursos marinhos), também não apresentam avanços. Ao contrário: quatro acumulam retrocesso, outras cinco estão estagnadas e uma registra progresso insuficiente para que seja cumprida até 2030. “O país não dispõe de sistema nacional para monitoramento da pesca, o que impossibilita a gestão sustentável dos recursos marinhos vivos, agravando ainda mais o cenário de saúde e de vulnerabilidade nas comunidades costeiras e ribeirinhas”, exemplifica o relatório.

Ativista em organizações que atuam em projetos desenvolvidos conjuntamente com a ONU, e ainda em movimentos de formação e renovação cidadã e política, o especialista e empreendedor em energias renováveis Marcos Rocha Martins Silva constata que, diante do diagnóstico, é preciso ação para reverter esse cenário. Em dezembro último, por meio da EnergyPay, do qual é CEO, Marcos Silva lançou um programa de financiamento de construção de usinas de energia solar a partir das taxas de transação de



INSTITUTO EDUCANDO PARA A PAZ
Signatário do Pacto Global das Nações Unidas
A OMISSÃO DAS EMPRESAS SIGNATÁRIAS NO BRASIL - AGENDA 30
COE 14 de março 2022
Dhc. Dr. He. Me. Dr. José Carlos Pereira PhD.
Doutor em Comunicação, Jornalista, Palestrante, Filósofo, Teólogo



uma moeda digital, a EnyCoin (ENY).

A primeira usina já está em implantação, em Itaobim, Minas Gerais, com previsão de ser entregue no segundo semestre deste ano. Até 2025, serão 15 ao todo. Além de Minas, serão instaladas usinas fotovoltaicas na Bahia e no Rio de Janeiro, por meio do mesmo modelo de financiamento. Cada usina terá capacidade para gerar até 1 megawatt. “É um trabalho fruto de anos que dedico a iniciativas da ONU e de órgãos governamentais em prol do desenvolvimento sustentável. É um projeto ecoempreendedor, para contribuir pela mudança do mundo”, assinala.

Investimentos como esse são fundamentais para equilibrar a matriz energética brasileira, conforme observa Marcos Silva. “Hoje, 62% da energia no país ainda é gerada por hidrelétricas. No entanto, vemos as constantes estiagens que diminuem o nível dos reservatórios”, compara. Divulgação



O Brasil é um dos 193 países que compõem a Organização das Nações Unidas (ONU) que pactuaram, em 2015, a Agenda 2030. Trata-se de um plano de ação com 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), constituídos por 169 metas a serem alcançadas em 15 anos.

Passada praticamente a metade desse período, o País parece distante de cumprir o acordo. O cenário atual é de estagnação, quando não, de retrocesso na execução do plano.

estagnação, quando não, de retrocesso na execução do plano.

Um exemplo está no objetivo relacionado à energia limpa e acessível. De acordo com o mais recente e consistente levantamento sobre o andamento dos ODS no Brasil, o “Relatório Luz da Sociedade Civil sobre a Agenda 2030”, a gravidade do problema começa pela falta de dados atualizados e confiáveis sobre o tema energia. O objetivo – de número 7 entre os 17 ODS – estabelece o seguinte: “assegurar acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos”.

No entanto, aponta o Relatório Luz (elaborado por um conjunto de entidades da sociedade civil), diante das informações disponíveis, que é possível constatar que das cinco metas que compõem o ODS 7,



nenhuma delas caminha para ser atingida. O levantamento aponta que a meta 7.1 (universalização do acesso) está ameaçada. Por sua vez, a 7.2 (aumentar participação das energias renováveis) encontra-se estagnada. Dobrar a eficiência energética (7.3) é meta classificada como em retrocesso.

Uma quarta meta dentro do objetivo sete fixa o estabelecimento de cooperações internacionais (7.a), item sobre o qual a equipe do Relatório Luz não encontrou dados que permitissem avaliar. A quinta meta do ODS 7,

que se refere à modernização tecnológica da infraestrutura para o fornecimento de serviços de energia sustentável, está em progresso insuficiente para ser alcançada até 2030, ainda segundo o relatório.

Em outros objetivos, os quais, assim como o voltado à questão energética, têm relação direta com o meio ambiente, o estágio também é desalentador. Vale ressaltar que o Relatório Luz envolveu o trabalho de 106 especialistas em desenvolvimento sustentável, de modo a expressar uma análise multidisciplinar e holística.



INSTITUTO EDUCANDO PARA A PAZ
Signatário do Pacto Global das Nações Unidas
A OMISSÃO DAS EMPRESAS SIGNATÁRIAS NO BRASIL - AGENDA 30
COE 14 de março 2022
Dhc. Dr. He. Me. Dr. José Carlos Pereira PhD.
Doutor em Comunicação, Jornalista, Palestrante, Filósofo, Teólogo



O ODS que trata da ação contra a mudança global do clima (ODS 13) – e as intensas chuvas que caem no Brasil desde o início deste ano mostram efeitos dessa mudança – tem quatro das cinco metas classificadas, pelo conjunto de especialistas responsáveis pelo Relatório Luz, como “em retrocesso”. A interrupção de programas de governo, a edição de normas que flexibilizam proteção ambiental e o afrouxamento da fiscalização são apontadas como razões para esse “andar para trás”. “Em 2020, apesar do aumento do desmatamento e das queimadas, as multas aplicadas pelo Ibama tiveram a maior queda dos últimos 20 anos”, assinala o documento.

Todas as dez metas do ODS 14, relacionadas à vida na água (o que inclui conservação dos oceanos e uso sustentável dos recursos marinhos), também não apresentam avanços. Ao contrário: quatro acumulam retrocesso, outras cinco estão estagnadas e uma registra progresso insuficiente para que seja cumprida até 2030. “O país não dispõe de sistema nacional para monitoramento da pesca, o que impossibilita a gestão sustentável dos recursos marinhos vivos, agravando ainda mais o cenário de saúde e de vulnerabilidade nas comunidades costeiras e ribeirinhas”, exemplifica o relatório.

Ativista em organizações que atuam em projetos desenvolvidos conjuntamente com a ONU, e ainda em



movimentos de formação e renovação cidadã e política, o especialista e empreendedor em energias renováveis Marcos Rocha Martins Silva constata que, diante do diagnóstico, é preciso ação para reverter esse cenário. Em dezembro último, por meio da EnergyPay, do qual é CEO, Marcos Silva lançou um programa de financiamento de construção de usinas de energia solar a partir das taxas de transação de

uma moeda digital, a EnyCoin (ENY).

A primeira usina já está em implantação, em Itaobim, Minas Gerais, com previsão de ser entregue no segundo semestre deste ano. Até 2025, serão 15 ao todo. Além de Minas, serão instaladas usinas fotovoltaicas na Bahia e no Rio de Janeiro, por meio do mesmo modelo de financiamento. Cada usina terá capacidade para gerar até 1 megawatt. “É um trabalho fruto de anos que dedico a iniciativas da ONU e de órgãos governamentais em prol do desenvolvimento sustentável. É um projeto ecoempreendedor, para contribuir pela mudança do mundo”, assinala.

Investimentos como esse são fundamentais para equilibrar a matriz energética brasileira, conforme observa Marcos Silva. “Hoje, 62% da energia no país ainda é gerada por hidrelétricas. No entanto, vemos as constantes estiagens que diminuem o nível dos reservatórios”, compara. Divulgação

FONTE: <https://www.canalbioenergia.com.br/brasil-nao-cumpre-os-17-ods-e-matriz-energetica-e-um-dos-gaps/>

Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentável, inclusivo e sustentável, emprego



INSTITUTO EDUCANDO PARA A PAZ
Signatário do Pacto Global das Nações Unidas
A OMISSÃO DAS EMPRESAS SIGNATÁRIAS NO BRASIL - AGENDA 30
COE 14 de março 2022
Dhc. Dr. He. Me. Dr. José Carlos Pereira PhD.
Doutor em Comunicação, Jornalista, Palestrante, Filósofo, Teólogo



pleno e produtivo e trabalho decente para todos

DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Por Luanne Caires *Na esfera federal, políticas recentes representam retrocessos em mudanças do clima e conservação da biodiversidade, mas o quadro pode ser amenizado pelos municípios.* Na última quarta-feira (5), eventos por todo o país celebraram o Dia Mundial do Meio Ambiente. A data marcou também o lançamento do projeto Juntos pelo Araguaia, que tem o objetivo de revitalizar a bacia do Araguaia por meio da recomposição florestal e da conservação do solo e da água. Durante a cerimônia de lançamento, que ocorreu em Aragarças (GO), o ministro do meio ambiente, Ricardo Salles, afirmou que a dicotomia entre meio ambiente e agricultura deve ser superada e que os brasileiros precisam de um ambiente equilibrado e de medidas que defendam a biodiversidade e a sustentabilidade. O discurso do ministro se alinha aos [Objetivos do Desenvolvimento Sustentável \(ODS\), propostos pela Organização das Nações Unidas em 2015](#). Cada um dos 17 objetivos é associado a um conjunto de metas específicas para guiar o desenvolvimento dos países, aliando conservação ambiental, crescimento econômico e responsabilidade social. A ideia é que os países cumpram as metas propostas em um período de 15 anos, o que caracteriza a chamada Agenda 2030.

No entanto, a prática no Brasil se distancia cada vez mais do discurso apresentado por Salles, ao menos na área de meio ambiente. Nesta área, os objetivos 13, 14 e 15 da Agenda 2030 destacam, respectivamente, a preocupação com o clima e com a conservação da vida aquática e terrestre.

A jornada na contramão do desenvolvimento sustentável começou desde antes da posse do novo governo, quando, ainda em novembro de 2018, o recém-eleito Jair Bolsonaro cogitou a extinção do Ministério do Meio Ambiente, que seria incorporado ao Ministério da Agricultura. Embora tenha recuado dessa decisão, uma série de medidas tomadas nos primeiros cinco meses do atual governo enfraqueceram a pasta ambiental. Exemplos importantes são o anúncio da revisão de todas as unidades de conservação e potencial extinção de áreas protegidas, bem como o bloqueio de 95% dos R\$ 11,8 milhões destinados à implementação de políticas sobre mudanças climáticas no país.

O clima e a perda do protagonismo brasileiro





INSTITUTO EDUCANDO PARA A PAZ
Signatário do Pacto Global das Nações Unidas
A OMISSÃO DAS EMPRESAS SIGNATÁRIAS NO BRASIL - AGENDA 30
COE 14 de março 2022
Dhc. Dr. He. Me. Dr. José Carlos Pereira PhD.
Doutor em Comunicação, Jornalista, Palestrante, Filósofo, Teólogo



Segundo o último [relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas](#) (IPCC 2014), a temperatura da superfície terrestre pode aumentar de 0.3 a 4.8°C até o fim do século XXI, a depender do padrão de emissões de gases de efeito estufa. No Brasil, as consequências do aumento da temperatura afetam o regime de chuvas, com previsão de intensificação das chuvas na região Sul e secas mais prolongadas na região Nordeste. e vegetação, com destaque para a Amazônia. A perspectiva é que a



região amazônica, especialmente na parte oeste, passe por um processo de savanização, com a transformação da floresta em uma vegetação mais esparsa e menos diversa. As previsões fazem parte do relatório “[Potência ambiental da biodiversidade – um caminho inovador para o Brasil](#)”, divulgado em dezembro passado no Rio de Janeiro. Segundo Jean Pierre Ometto, coordenador do Centro de Ciências do Sistema Terrestre, no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (CCST-INPE), o Brasil está vivendo um momento de retrocesso no entendimento das mudanças climáticas. Ao longo das últimas



três décadas, o país assumiu importante protagonismo internacional nas discussões sobre questões ambientais globais, se empenhando em construir uma imagem de potência ambiental. Essa imagem é baseada, em parte, nas políticas para o clima, mas agora parece haver uma resistência em reconhecer e

priorizar questões relacionadas ao aquecimento global. Além do bloqueio no orçamento para políticas climáticas, o governo recusou sediar a COP-25, conferência que é o maior evento do mundo sobre o clima. Com a recusa, a COP será realizada no Chile, em novembro. Em audiência pública ocorrida na Comissão de Meio Ambiente no Senado, em março deste ano, Ricardo Salles também declarou que a prioridade de sua gestão seria a qualidade de vida urbana, e não o aquecimento global. O ministro também questionou o quanto das mudanças climáticas são decorrentes de atividades humanas. Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, em audiência na Comissão de Meio Ambiente realizada em março de 2019. Foto: Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

A mudança de postura na política ambiental brasileira é preocupante e leva à perda do protagonismo do país no setor. “O Brasil chegou a ser considerado um país com imenso potencial de desenvolvimento verde, um ator importante nas negociações internacionais, mas o retrocesso na postura é um problema sério. A administração federal deveria olhar para as mudanças ambientais e do clima de maneira mais sistêmica, não imediatista, incorporando, em seu planejamento, as oportunidades de uma trajetória ambientalmente sustentável para a economia”, diz Ometto. As oportunidades das quais Ometto fala são uma tentativa de avançarmos em políticas mais integradas, que considerem as mudanças climáticas no planejamento da produção de energia, alimentos e transporte. O agronegócio é um caso emblemático. Nos últimos anos, o [crescimento no setor agrícola](#) tem impulsionado o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e, há décadas, o agronegócio apresenta saldos positivos no comércio exterior. Mas é preciso sempre ter em mente que a produção agrícola é dependente do clima.



INSTITUTO EDUCANDO PARA A PAZ
Signatário do Pacto Global das Nações Unidas
A OMISSÃO DAS EMPRESAS SIGNATÁRIAS NO BRASIL - AGENDA 30
COE 14 de março 2022
Dhc. Dr. He. Me. Dr. José Carlos Pereira PhD.
Doutor em Comunicação, Jornalista, Palestrante, Filósofo, Teólogo



CIÊNCIA E VIDA

Brasil já vive regime de aquecimento global

Alterações nos ciclos de chuvas apontam para a nova realidade de temperaturas elevadas

Os cenários para o país

Aquecimento global
Mar avança e Brasil perde área equivalente a 2.700 campos de futebol em praias por ano

Unter os impactos do aquecimento global, o Brasil já vive um regime de aquecimento global, segundo um estudo publicado na revista científica *Journal of Climate*. O estudo, realizado por pesquisadores do Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas à Agricultura (Cemtec) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), aponta que o Brasil já está experimentando mudanças nos ciclos de chuvas e temperaturas elevadas, o que pode levar a uma perda de área equivalente a 2.700 campos de futebol em praias por ano.

Entre os produtos que podem ser afetados, destaca-se o café, como aponta [estudo](#) feito pelo pesquisador alemão Christian Bunn e colaboradores. A maior parte da produção mundial é representada por duas espécies: *Coffea canephora* var. *robusta* (café robusta) e *Coffea arabica* (café arábica). Os grãos de maior qualidade são produzidos em altitudes mais altas, onde o clima ameno acentua o sabor, a acidez e o aroma. Com as mudanças no clima, a produção de café arábica, que hoje corresponde a 70% da produção mundial, pode ser prejudicada.

Com isso, haveria um deslocamento dos locais de produção para lugares cada vez mais frios, afetando a fonte de renda de milhares de produtores. “No Brasil, o café arábica tem maior adequabilidade climática em Minas Gerais, enquanto o robusta, no Espírito Santo, considerando as condições climáticas atuais. Porém, diante de condições climáticas futuras, as áreas que hoje estão disponíveis para o cultivo não serão mais adequadas, e algumas áreas mais ao sul poderão implementar o cultivo e produção com sucesso”, explica Priscila Lemes, doutora em ecologia e evolução pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e autora do levantamento [Biodiversidade e Mudanças Climáticas no](#)

[Brasil – Levantamento e Sistematização de Referências](#), lançado no ano passado pelo Fundo Mundial para a Natureza (WWF-Brasil). O café é um exemplo de cultivo que pode ser afetado pelas mudanças climáticas. Imagem: Shutterstock

A ciência em prol da conservação da biodiversidade

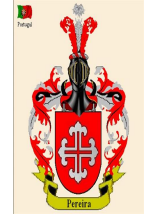


Além de espécies de importância econômica, as mudanças no clima também têm impacto direto em várias outras espécies de plantas e animais. O Diagnóstico Regional das Américas sobre Biodiversidade e Serviços Ecosistêmicos prevê que as mudanças climáticas serão o principal fator a impactar negativamente a biodiversidade nas Américas em 2050, caso o cenário de emissões não se altere. A análise foi feita pela Plataforma Intergovernamental da Biodiversidade e Serviços Ecosistêmicos (IPBES) em 2018.

Para tentar minimizar o problema, cientistas investem na modelagem dos efeitos do clima sobre as espécies. A área em que uma espécie pode viver depende das condições ambientais físicas que ela suporta (como temperatura e nível de chuvas), das interações com outras espécies e da sua capacidade de movimentação entre localidades. A partir de registros de onde as espécies já foram encontradas e dados ambientais, é possível prever quais áreas são mais ou menos adequadas à sua sobrevivência em diferentes cenários, inclusive cenários climáticos.



INSTITUTO EDUCANDO PARA A PAZ
Signatário do Pacto Global das Nações Unidas
A OMISSÃO DAS EMPRESAS SIGNATÁRIAS NO BRASIL - AGENDA 30
COE 14 de março 2022
Dhc. Dr. He. Me. Dr. José Carlos Pereira PhD.
Doutor em Comunicação, Jornalista, Palestrante, Filósofo, Teólogo



Pesquisas assim são importantes porque permitem o acúmulo de evidências sobre como as espécies devem responder às alterações climáticas. As espécies aquáticas parecem ser especialmente vulneráveis às mudanças no clima, em parte devido à menor disponibilidade de refúgios nos oceanos do que no ambiente terrestre. Na terra, plantas e animais podem encontrar microclimas mais amenos embaixo de



árvores ou pedras, enquanto nos oceanos escapar do aquecimento geralmente significa ocupar águas mais profundas e frias. Como 93% das espécies oceânicas ocupam as camadas mais superficiais da água, sua habilidade de acessar refúgios profundos é bastante limitada. Os dados são de um [estudo](#) feito por pesquisadores dos Estados Unidos, Canadá e Noruega, publicado em abril na revista científica *Nature*.

Os dados gerados nas pesquisas apontam para a necessidade de políticas mais eficazes de proteção da biodiversidade. Essas políticas incluem a definição de áreas prioritárias para preservação ambiental, como as unidades de conservação.

Assim, projetos como a transformação da Estação Ecológica Tamoios em uma “Cancun brasileira” e a autorização do leilão para exploração de petróleo nas proximidades do Parque Nacional dos Abrolhos são alarmantes. Ambas as unidades de conservação são refúgios da vida marinha.

Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, situado na região sul do estado da Bahia. Foto: Enrico Marcovaldi – Projeto Baleia Jubarte/ICMBio

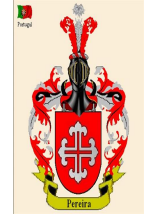


Segundo Priscila Lemes, a prioridade para a conservação não é linear e nem sempre preservar as espécies mais ameaçadas de extinção é a melhor estratégia. Mas isso não significa que não precisamos investir em áreas protegidas. “A pergunta acaba sendo outra: se não podemos salvar todas as espécies, como eleger o que é mais importante? A solução não é simples. É preciso utilizar métodos de análise que permitam uma escolha criteriosa e que inclua, além da biodiversidade, os aspectos econômicos e sociais”, afirma ela.

Ometto complementa explicando que sociedades mais igualitárias são mais resilientes às variações no ambiente. “A desigualdade social potencializa e é potencializada por questões ambientais e climáticas porque as pessoas menos favorecidas, sem acesso adequado a saúde, educação, boa alimentação e uma infraestrutura mínima têm uma vulnerabilidade maior a secas, enchentes, ondas de calor e outros problemas”, diz.



INSTITUTO EDUCANDO PARA A PAZ
Signatário do Pacto Global das Nações Unidas
A OMISSÃO DAS EMPRESAS SIGNATÁRIAS NO BRASIL - AGENDA 30
COE 14 de março 2022
Dhc. Dr. He. Me. Dr. José Carlos Pereira PhD.
Doutor em Comunicação, Jornalista, Palestrante, Filósofo, Teólogo



Transformação começa no nível local



Embora a esfera federal esteja na contramão dos ODS para a área de meio ambiente, medidas positivas podem ser tomadas em escalas menores. Neste sentido, as políticas municipais se destacam. A cidade de São Paulo, desde 2009, tem uma política municipal da mudança do clima, que baseou medidas como a implantação de faixas exclusivas de ônibus e do sistema cicloviário. Usinas de aproveitamento de metano dos aterros sanitários também foram implantadas para geração de eletricidade.

Atualmente, um projeto expressivo no município é a compostagem dos resíduos orgânicos de feiras, parques e praças da cidade. Já são cinco pátios de compostagem na zona urbana, processando cerca de 15 mil toneladas de resíduos por ano.

O pátio de compostagem Ermelino Matarazzo foi inaugurado em janeiro de 2019 e é o quinto da cidade de São Paulo. Foto: Prefeitura da Cidade de São Paulo

Segundo Laura Ceneviva, secretária executiva do Comitê de Mudança do Clima, ligado à Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, uma das grandes vantagens do projeto é que a compostagem



não gera odores. “Por não gerar odores, a resistência da população à política pública é menor. As pessoas têm todo o interesse em buscar o composto orgânico produzido nos pátios, que é de ótima qualidade. E essa iniciativa também libera muitas áreas dentro dos aterros sanitários, diminuindo as emissões de metano”, explica Ceneviva.

Outro passo importante é o desenvolvimento do Plano de Ação Climática para a cidade. A ideia do plano é apresentar diretrizes gerais para que até 2050 o

município neutralize seu saldo de carbono. Como o prazo é longo, o alcance das metas depende de uma boa continuidade ao longo de diferentes governos, não só na implementação das políticas públicas, mas também na produção de dados sobre as mudanças do clima na cidade e seus impactos econômicos, sociais e ambientais. Para Ceneviva, esse é um dos maiores desafios, junto com a lacuna entre o tempo de produção de conhecimento pelos especialistas e a assimilação pela sociedade. “A sociedade é heterogênea e demora até que as pessoas entendam o que está sendo discutido e modifiquem seus comportamentos”, diz ela.

Apesar das dificuldades de adaptação individual e coletiva e das incertezas em relação ao futuro do clima e da conservação da biodiversidade, os especialistas apostam na construção de soluções coletivas e no poder do voto como impulsionador de transformação. Sem esquecer, é claro, da valorização do conhecimento científico e do seu papel norteador na tomada de decisão pública de qualidade.

Luanne Caires é bióloga e mestre em ecologia pela Universidade de São Paulo (USP). Tem especialização em jornalismo científico (Labjor/Unicamp) e integra o Programa Mídia Ciência (Fapesp).

FONTE: <https://www.comciencia.br/brasil-acelera-na-contramao-do-desenvolvimento-sustentavel/>



INSTITUTO EDUCANDO PARA A PAZ
Signatário do Pacto Global das Nações Unidas
A OMISSÃO DAS EMPRESAS SIGNATÁRIAS NO BRASIL - AGENDA 30
COE 14 de março 2022
Dhc. Dr. He. Me. Dr. José Carlos Pereira PhD.
Doutor em Comunicação, Jornalista, Palestrante, Filósofo, Teólogo

